



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E ONZE.

Aos trinta dias do mês de Setembro do ano dois mil e onze, pelas vinte horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. Fernando José Ferreira Alves e o Sr. Aristides Gonçalves da Costa, tendo sido substituídos pela Sra. Dra. Andreia Sofia Ribeiro Lopes Vaz Pato e pelo Sr. António da Silva Antunes, respectivamente.

O Sr. Dr. Manuel Fabrício dos Santos e a Sra. Dra. Sónia Teresa Coelho Correia Almeida Madeira também estiveram ausentes, tendo solicitado a justificação das suas faltas, o que lhes foi deferido.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis incidentes sobre os prédios urbanos, referenciados nas alíneas b) e c) do n.º. 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, para aplicação no ano de 2012.

III – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a segunda alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2011 que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento.

IV – Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição das seguintes Medalhas de Ouro e de Medalhas de Mérito Municipal.

MEDALHA DE OURO:

- Dr. Agostinho Almeida Santos
- Queijo Serra da Estrela (ANCOSE)

MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL:

- Futebol Clube de Oliveira do Hospital
- Cooperativa Rádio Boa Nova, CRL.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Produtores/Proprietários de Queijarias do Concelho, Licenciadas.

V – Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, do pedido de autorização para a repartição de encargos do “Fornecimento de gasóleo a granel até à quantidade de 200.000 litros”.

Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a acta da sessão ordinária de vinte e quatro de Junho do corrente ano, tendo sido aprovada por maioria, com cinco abstenções. Depois, submeteu à votação a acta da sessão extraordinária de dois de Setembro do corrente ano, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção inicial:

“Eu queria dar uma explicação: temos aqui o Ponto V que não foi logo nos documentos. Foi uma situação imprevista aqui na Câmara mas também é uma questão menor, pelo que espero que seja relevada. Foi-vos entregue tão cedo quanto possível mas, como foi fora do que é hábito e normal, penso que se impunha um pedido de justificação e compreensão.

Também temos aqui, para ser apresentado e que também não estava previsto mas porque estamos no final do Verão, para fazermos um balanço da época dos incêndios.”

Depois desta introdução, o Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, na qualidade de técnico do Gabinete de Coordenação e Acção Local - Protecção Civil e Defesa da Floresta – fez a seguinte apresentação:

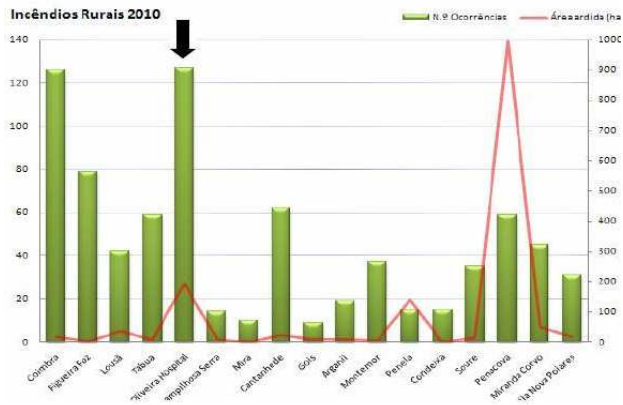
“Queria agradecer a oportunidade de poder vir aqui explicar um pouco o que foi a época de incêndios até à data, uma vez que hoje termina a época crítica. Vou apresentar alguns dados relativos aquilo que se passou desde um de Janeiro até trinta e um de Agosto. No dia um de Setembro tivemos uma reunião da Comissão Municipal, onde abordámos também esta questão.

Também queria lançar aqui alguns dados sobre o que o Município de Oliveira do Hospital tem feito em termos de tarefas da defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente nas suas acções de prevenção.

O Relatório do ano passado, considerava o concelho de Oliveira do Hospital, a par do de Coimbra, com maior número de ocorrências. Felizmente que esse número de ocorrências não teve a correspondência em termos de área ardida. Em dois mil e dez tivemos cerca de cento e setenta ocorrências e cento e quarenta hectares de área ardida:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Esta foi uma publicação da Autoridade Nacional de Protecção Civil, nomeadamente o Centro Distrital de Operações de Socorro, em que nos punham a par de Coimbra, com um número de ocorrências bastante assinalável. E, a partir dessa data, tentámos desenvolver alguns mecanismos para que este ano tivéssemos menos ocorrências e, acima de tudo, menos área ardida. Até esta data foi conseguido. Mas esperamos que assim continue porque o período crítico não é só este pico de verão. Nesta semana, já tivemos ocorrências no distrito com a área a ultrapassar os trinta hectares, nomeadamente ontem no concelho da Lousã. Continuaremos vigilantes, apesar de, a partir de amanhã, o dispositivo sofrer uma quebra assinalável.

Por este quadro, podemos verificar que até final de Agosto ocorreram setenta e um incêndios, sendo vinte agrícolas, dez falsos alarmes e quarenta e um florestais.

Contar de Tipo	Tipo			
Freguesia	Agrícola	Falso Alarme	Florestal	Total Geral
Avô	1			1
Bobadela			2	2
Ervedal da Beira	2		1	3
Lagares da Beira	2	1	5	8
Lagos da Beira	1	1	1	3
Lajeosa	1			1
Lourosa	1	1	7	9
Meruge	1		1	2
Nogueira do Cravo	2	1	1	4
Oliveira do Hospital	4		3	7
Penalva de Alva	1	2		3
Santa Ovaia		1	1	2
São João	1		1	2
São Paio de Gramação	1	1	3	5
Seixo da Beira			7	7
Travanca de Lagos	1	1	8	10
Vila Franca da Beira		1		1
Vila Pouca da Beira	1			1
Total Geral	20	10	41	71

Destas ocorrências, resultaram cerca de quinze hectares de área ardida. Também fizemos a sua diferenciação a nível de áreas de actuação das duas corporações de bombeiros: cinquenta e duas na área de actuação dos bombeiros de Oliveira do Hospital e dezanove na área dos bombeiros de Lagares da Beira.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Soma de Área Total (ha)	Área Actuação		
Freguesia	BVLB	BVOH	Total Geral
Avô		0,00	0
Bobadela		1,85	1,85
Ervedal da Beira	0,0301		0,03
Lagares da Beira	0,33		0,33
Lagos da Beira		1,55	1,55
Lajeosa		0,01	0,01
Lourosa		0,83	0,83
Meruge		0,03	0,03
Nogueira do Cravo		0,08	0,08
Oliveira do Hospital		1,52	1,52
Penalva de Alva		0,00	0,00
Santa Ovaia		0,20	0,20
São Gião		0,01	0,01
São Paio de Gramaços		1,13	1,13
Seixo da Beira	4,24		4,24
Travanca de Lagos		2,98	2,98
Vila Franca da Beira	0,00		0,00
Vila Pouca da Beira		0,00	0,00
Total Geral	4,60	10,17	14,77

Contar de Tipo	Tipo			
Área Actuação	Agrícola	Falso Alarme	Florestal	Total Geral
BVLB	4	2	13	19
BVOH	16	8	28	52
Total Geral	20	10	41	71

Houve alguns períodos em que a temperatura baixou, tivemos céu nublado, tivemos alguns princípios de chuva e as pessoas, inadvertidamente, fizeram fogueiras. Isto fez aumentar substancialmente o número de autos de contra-ordenação levantados pelas autoridades e houve algumas ocorrências, apesar de reduzida dimensão, em que as corporações de bombeiros tiveram que actuar.

Este número é um pouco maior mas, a nível de área ardida, andarà muito próximo dos vinte hectares, não os ultrapassando.

Este é o balanço deste ano.

Também elencámos o conjunto de incêndios com maior relevância no corrente ano. Felizmente, nenhuma destas áreas foi superior a cinco hectares. O maior incêndios que houve foi um ocorrido na freguesia de Seixo da Beira, concretamente na Felgueira Velha, em que arderam cerca de três hectares:

Data_Alerta	Dia_Semana	HoraAlerta	Período	FonteAlerta	Freguesia	Local	Tipo	Área Actuação	Fase	Situação SGIF	Área Povoamento (ha)	Área Matos (ha)	Área Agrícola (ha)	Área Total (ha)	Intervalo_AA(ha)
10-8-2011	Quarta-feira	6:39	06*07	Populares	Seixo da Beira	Felgueira Velha (Felgueira)	Florestal	BVLB	Charlie	Validado	3,00	0,00	0,00	3,00	1_5
27-7-2011	Quarta-feira	18:55	18*19	Populares	Travanca de Lagos	Andorinha	Florestal	BVOH	Charlie	Validado	2,10	0,00	0,00	2,10	1_5
9-8-2011	Terça-feira	17:33	17*18	Populares	Bobadela	Bobadela	Florestal	BVOH	Charlie	Validado	1,80	0,00	0,00	1,80	1_5
17-8-2011	Quarta-feira	15:15	15*16	PV	Oliveira do Hospital	Gavinhos (Gavinhos de Baixo)	Florestal	BVOH	Charlie	Não	1,50	0,00	0,00	1,50	1_5
3-3-2011	Quinta-feira	17:43	17*18	Populares	Lagos da Beira	Lagos da Beira (LAGOS)	Florestal	BVOH	Alfa	Validado	0,02	1,48	0,00	1,50	1_5
1-4-2011	Sexta-feira	14:04	14*15	Populares	Seixo da Beira	Ata da Tapada-Sobreda (SEIXO DA BEIRA)	Florestal	BVLB	Alfa	Validado	0,00	1,20	0,00	1,20	1_5
13-7-2011	Quarta-feira	15:12	15*16	Populares	São Paio de Gramaços	S. Paio de Gramaços (SÃO PAIO DE GRAMAÇOS)	Florestal	BVOH	Charlie	Validado	0,00	1,10	0,00	1,10	1_5
12,20															



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dos quinze hectares de área ardida, verifica-se que só estes sete incêndios contribuíram com cerca de doze hectares. Em alguns destes incêndios, foi comprovado que foi negligência mas houve outros em que foi fogo posto.

Também queria realçar que este trabalho tem o seu auge, o seu ponto máximo, nesta época crítica. é um trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo do ano. Também é importante ressaltar que, apesar de estarmos em final de época, já estamos a preparar-nos para a época seguinte. Já está feito algum planeamento, que está devidamente concertado com as duas corporações de bombeiros, com os elementos do comando. A par do que também são as vontades dos presidentes de junta, tenta-se articular e colocar o pessoal no terreno, nomeadamente maquinaria, para preparar a próxima época.

No quadro a seguir estão elencados os trabalhos executados pela bulldozer, motoniveladora e tractores corta-sebes, bem como a área total que foi intervencionada até Setembro, actualizada à data de hoje. O somatório de trabalhos executados pela bulldozer da ADESA dá cerca de cento e sessenta quilómetros.

Extensão (metros)	
Beneficiação (Bulldozer + Motoniveladoras)/Trimestre	Total
1/2011	38.196,88
1-2/2011	5.113,56
2/2011	102.568,31
3/2011	82.791,72
Total Geral	228.670,47

Extensão (metros)	
FGC (Tractores Corta Sebes)/Trimestre	Total
1/2011	82.980,91
1-2/2011	4.292,66
1-3/2011	8.012,63
2/2011	100.938,54
3/2011	109.948,53
Total Geral	306.173,27

Soma de Extensão (m)	Bulldoze									Total Geral
Freguesias	Janeiro	Fevereiro	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Março	
Aldeia das Dez	18824,6	4505,5	12000,5						2744,0	38074,7
Alvão das Várzeas		700,2	1292,6	15412,8						17405,5
Avô								1211,2		1211,2
Bobadela						1353,4	6539,5			7892,9
Ervedal da Beira				7096,6	3713,7					10810,3
Lagares da Beira				639,2	2145,8	3090,7				5875,7
Lagos da Beira					8794,1					8794,1
Lajeosa						95,6	306,8			402,4
Lourosa								17758,8		17758,8
Meruge					1061,6					1061,6
Nogueira do Cravo							862,6			862,6
Oliveira do Hospital							807,7			807,7
Penalva de Alva				11429,0						11429,0
Santa Ovaia								268,2		268,2
São Sebastião da Feira				1866,6						1866,6
Seixo da Beira				1341,5	8170,5					9512,0
Travanca de Lagos					2359,8	17658,8	526,5			20545,1
Vila Pouca da Beira								4956,5		4956,5
Total Geral	18824,6	5205,7	13293,1	37785,6	26245,5	22198,5	9043,2	24194,7	2744,0	159534,8



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O planeamento está feito. Estão aqui alguns presidentes de junta que foram contactados, nomeadamente para os serviços que se avizinham até final do ano. O planeamento que está apalavrado para o ano é começarmos na zona norte do concelho.

Este quadro tem as freguesias, os meses das intervenções, a divisão da área e quilómetros de actuação.

A nível da motoniveladora da ADESA, temos os trabalhos representados no quadro seguinte:

Soma de Extensão (m)		Motoniveladora Ade						
Freguesias	Janeiro	Maio	Junho	Agosto	Setembro	Março	Total Geral	
Aldeia das Dez	14982,1					4439,1	19421,2	
Alvôco das Várzeas		15412,8					15412,8	
Ervedal da Beira		7096,6	3713,7				10810,3	
Lagares da Beira		639,2	2145,8				2785,0	
Lagos da Beira			8794,1				8794,1	
Lourosa					5456,8		5456,8	
Meruge			1061,6				1061,6	
Nogueira do Cravo				1418,0	1507,4		2925,4	
Penalva de Alva		11429,0					11429,0	
Santa Ovaia		350,1					350,1	
São Sebastião da Feira		4080,4					4080,4	
Seixo da Beira		1341,5	10620,4				11961,9	
Travanca de Lagos			2359,8				2359,8	
Total Geral	14982,1	40349,6	28695,4	1418,0	6964,2	4439,1	96848,3	

No que respeita à motoniveladora da Câmara Municipal, os trabalhos realizados podem ser verificados no seguinte esquema:

Soma de Extensão (m)		Motoniveladora CMOH									
Freguesias	Janeiro	Fevereiro	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Março	Total Geral	
Aldeia das Dez	473,7		3550,9				5439,9			9464,6	
Avô								1211,2		1211,2	
Bobadela						1353,4	5200,0			6553,4	
Ervedal da Beira			6231,6							6231,6	
Lagares da Beira						3090,7				3090,7	
Lagos da Beira	8,5									8,5	
Lajeosa						95,6	846,8			942,5	
Lourosa								8467,6		8467,6	
Nogueira do Cravo				1238,1			4189,4	1251,3		6678,8	
Oliveira do Hospital						144,5	121,3			265,8	
Penalva de Alva				1894,9	2647,9	2824,2	1221,2			8588,3	
Santa Ovaia						919,6		268,2		1187,7	
São Paio de Gramaços				381,6	1458,5	703,3				2543,4	
São Sebastião da Feira						771,4				771,4	
Seixo da Beira		9565,3		6592,3					4011,1	20168,7	
Travanca de Lagos					1748,4	18816,9	526,5			21091,8	
Vila Pouca da Beira								3580,6		3580,6	
Total Geral	482,2	9565,3	9782,6	10106,9	5854,8	28719,6	17545,2	14778,9	4011,1	100846,6	



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL




Em termos de valores finais, para os trabalhos das três máquinas, temos dois quadros: um para máquinas (bulldozer e motoniveladora) e outro para tractores:

Soma de Extensão (m)	Maquinas	Total Geral
Freguesias		
Aldeia das Dez		49616,3
Alvôco das Várzeas		17405,5
Avô		1211,2
Bobadela		7892,9
Ervedal da Beira		17041,9
Lagares da Beira		5875,7
Lagos da Beira		8794,1
Lajeosa		1249,3
Lourosa		23416,3
Meruge		1061,6
Nogueira do Cravo		9604,2
Oliveira do Hospital		1073,6
Penalva de Alva		20017,2
Santa Ovaia		1537,8
São Paio de Gramaços		2543,4
São Sebastião da Feira		4851,9
Seixo da Beira		27025,5
Travanca de Lagos		23495,6
Vila Pouca da Beira		4956,5
Total Geral		228670,5

Soma de Extensão (m)	Tractores	Total Geral
Freguesias		
Aldeia das Dez		47056,6
Alvôco das Várzeas		3054,5
Avô		5646,8
Bobadela		4248,8
Ervedal da Beira		24556,3
Lagares da Beira		11189,4
Lagos da Beira		11395,3
Lajeosa		7243,1
Lourosa		25950,7
Meruge		15673,2
Nogueira do Cravo		17291,7
Oliveira do Hospital		11382,1
Penalva de Alva		30868,8
Santa Ovaia		3445,1
São Gião		1521,7
São Paio de Gramaços		11402,6
São Sebastião da Feira		7494,0
Seixo da Beira		61457,6
Vila Franca da Beira		4817,9
Vila Pouca da Beira		477,2
Total Geral		306173,3

Assim, a nível de trabalho de máquinas temos, até à data de hoje, duzentos e vinte e oito quilómetros efectuados. E, ao nível dos três tractores, temos trezentos e seis quilómetros efectuados até esta data.

Em termos de intervenção na rede viária, no período de dois mil e oito a dois mil e dez, no conjunto das três máquinas, tivemos um total de sete mil duzentas e oitenta e noventa horas, três mil seiscentos e oitenta e um quilómetros, com um total de combustível gasto de sessenta e nove mil seiscentos e setenta e nove litros.

Ano	Mês	Tipo de Máquinas			Total
					
2008	Horas (h)	653,00	855,00	782,00	2.290,00
	Extensão (km)	89,64	104,00	2.450,00	2.643,64
	Combustível (l)	13.530,00	3.376,00	48,10	16.954,10
2009	Horas (h)	709,00	524,00	1.206,00	2.439,00
	Extensão (km)	69,00	131,20	321,99	522,19
	Combustível (l)	17.783,00	2.553,00	5.777,00	26.113,00
2010	Horas (h)	673,00	886,00	1.001,00	2.560,00
	Extensão (km)	126,30	138,80	250,99	516,09
	Combustível (l)	18.029,00	3.743,00	4.840,00	26.612,00
Total (2008 - 2010)	Horas (h)	2.035,00	2.265,00	2.989,00	7.289,00
	Extensão (km)	284,94	374,00	3.022,98	3.681,92
	Combustível (l)	49.342,00	9.672,00	10.665,10	69.679,10



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também gostaria de dar conhecimento que, no dia 28 de Maio do corrente ano, fizemos um “Seminário de Incêndios Florestais”, em conjunto com as duas corporações de bombeiros do concelho. Tivemos a participação, maioritariamente, de bombeiros e técnicos de outros distritos. Acho que se revestiu de um êxito, que as pessoas ficaram agradadas com o evento. E, depois, ao longo do ano, desenvolvemos um conjunto de acções, nomeadamente sessões de esclarecimento, *workshop's*, nas juntas de freguesia e associações, em conjunto com as outras entidades que compõem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Esta intervenção foi para dar um pequeno resumo daquilo que vai sendo feito ao longo do ano em matéria de defesa da floresta contra incêndios.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento que houve alguma correspondência com importância que foi recepcionada depois de ser enviada a convocatória e a documentação aos membros da Assembleia Municipal, pelo que iria ser dado conhecimento da mesma.

Assim, deu conhecimento de ter recepcionado nesta data o seguinte e-mail, enviado pelo Vereador Dr. Paulo Rocha:

“Na qualidade de representantes máximo do Município de Oliveira do Hospital, venho pelo presente, formalmente, dar conhecimento a V. Exa. de que, na passada quarta-feira, apresentei a minha desfiliação do Partido Social Democrata, força política pela qual fui eleito em Outubro de 2009.

Mais informo V. Exa. de que pretendo continuar a defender os superiores interesses dos Oliveirenses e deste concelho em que resido, no seio do executivo municipal, na qualidade de independente, até ao final do presente mandato.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes deu conhecimento das respostas recebidas das diversas entidades às quais foi enviada a moção sobre a ESTGOH, aprovada na sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dois do passado mês de Setembro.

Depois, procedeu à leitura de uma moção aprovada por unanimidade na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Seia realizada no dia vinte e seis do mês de Setembro sobre os IC's 6, 7 e 37:

“Tendo em conta a necessidade imperiosa que a região da Serra da Estrela tem em matéria de vias de comunicação;

Tendo em conta que o processo conducente à execução dos traçados IC6, IC7 e IC37 foi todo concluído, faltando apenas lançar os respectivos concursos;

Tendo em conta a sua extrema importância para o desenvolvimento desta região;

Tendo em conta a crescente e assustadora desertificação desta região e a necessidade de inverter este fenómeno;

Tendo em conta a importância das vias de comunicação para o incremento de novas actividades, sobretudo ao nível da produção, para gerar riqueza, bem como do Turismo, como área fundamental para alavancar o desenvolvimento;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pese embora a grave situação económica que o país atravessa, e reconhecendo-se a necessidade que o Estado tem em reduzir despesas do lado do investimento público, mas reconhecendo também que tem de haver um mínimo de investimento para fazer funcionar a economia e que desta vez este mínimo seja direccionado para o Interior do País;

A Assembleia Municipal de Seia reunida no dia 26 de Setembro de 2011, aprova esta Moção apelando aos órgãos de soberania a execução, ainda que parcial, dos troços dos Itinerários Complementares da Serra da Estrela – IC6, IC7 e IC37.

Esta Moção, depois de aprovada, deverá ser enviada para: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Economia, Ministro dos Assuntos Parlamentares, Câmaras e Assembleias Municipais da região envolvida.”

Em seguida, entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação de votos de pesar pelo falecimento, durante o mês de Setembro, dos Srs. Nelson Oliveira, Pedro Manuel Fernandes Marques, Luís Filipe Pereira Simões, José Manuel Costa Rodrigues e José Carlos Inácio da Silva, devendo ser comunicados às famílias e às associações em que os mesmos eram presidentes ou representantes.

Colocada à votação a presente proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Por uma ESTGOH com Futuro, Por uma ESTGOH ao Serviço da sua Região:

Todos nós vimos um dia nascer uma filha.

Todos nós vimo-la um dia crescer e afirmar-se.

Mas, todos nós corremos o risco de a perder muito em breve.

Essa filha, hoje também já mãe de muitos filhos que educou, formou e lançou para o mercado de trabalho com sucesso, chama-se E.S.T.G.O.H.

Se o momento ontem já era de decisão e não de indecisões, hoje, mais do que nunca, é de definitiva afirmação ou negação.

Daí que, afirmo-o aqui mais uma vez que, ou todos nos consciencializamos que o momento é de união, é de luta em prol desta causa, desta mais valia social, profissionalizante e económica para toda esta região do interior, ou também me responsabilizarei e vos responsabilizarei pela nossa quota parte de irresponsabilidade, de silêncio, de falta de reacção, de falta de pró-actividade, ao ponto de permitirmos que nos continuem a desrespeitar e a ferir a nossa dignidade como oliveirenses e gentes dum interior do país cada vez mais ele ignorado e rejeitado, assistindo impávidos e serenos à continuidade de uma “morte lenta” que alguém um dia premeditou e que hoje cada vez mais a quer anunciar e concretizar.

Sinceramente, estou saturado de tanta humilhação, de tanta falta de respeito, de tanta hipocrisia, de tanto elitismo, de tanto protagonismo das pessoas que ocupam e usam cargos apenas e só para se satisfazerem pessoalmente.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, Unidade Orgânica do Instituto Politécnico de Coimbra, foi criada formalmente em 1999, e iniciou o seu funcionamento no ano lectivo de 2000-2001, era o oliveirense professor José Reis, catedrático de ECONOMIA e especialista em Desenvolvimento Regional, na altura Secretário de Estado do Ensino Superior.

Ou seja estamos a falar de uma Escola com 10 anos de vida e com centenas de licenciados integrados no mercado de trabalho a valorizar empresas e Instituições públicas e privadas.

Uma Escola que tem vindo sempre a crescer. Uma Escola, onde tirar um curso superior é uma oportunidade para conseguir um emprego. Daí, a reconhecida excelente taxa de empregabilidade desta Escola.

De facto, e é bom que lembremos os mais esquecidos, a ESTGOH foi criada precisamente como um investimento económico e social no interior do país. A ESTGOH foi uma mais-valia criada a pensar no futuro: como instrumento de modernização do interior, como um instrumento de combate à desertificação, como um instrumento de concretização do direito de oportunidades, como um instrumento para formar e valorizar pessoas numa região do interior, que por sua vez pudessem contribuir para desenvolver, com as suas competências, toda uma vasta região do Interior.

Chama-se a isto: Investimento em Solidariedade, Investimento Reprodutivo. Investimento em Igualdade de Oportunidades para todos. O Interior e Portugal ficam a ganhar no seu todo.

O caminho percorrido até ao momento demonstra-nos que valeu a pena esse investimento no interior do distrito de Coimbra, aqui em Oliveira do Hospital, por todas as centenas de jovens, homens e mulheres que aqui se formaram e fixaram, e ajudaram a desenvolver empresas e serviços. Os mesmos ajudaram a tornar mais modernas, mais inovadoras e competitivas essas empresas.

A região agradece.

Esse foi o tempo da justiça, em que os governos investiam no Interior. O tempo em que havia solidariedade com o interior, esse era o tempo em que se descentralizava investimento em, que se apostava nas periferias, em que se investia para além das grandes cidades.

A “obra” educativa e formativa está em curso, os resultados tem sido positivos. Então porque é que, alguns, querem agora colocar em causa este importante projecto de desenvolvimento no interior do distrito de Coimbra?

Que motivos razoáveis e sérios o justificam? Para nós, nenhum. Nem a crise financeira, que pelos vistos, não afecta toda a gente, nem a todas as instituições.

Alguns querem é aproveitar a crise financeira, para continuar a manter vícios e exemplos de gestão “à larga”, à custa de projectos fundamentais para o interior do país, como é o caso desta importante Escola regional, que é a ESTGOH.

Mas não podemos deixar que nos ludibriem. Ou que nos tentem enganar.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Presidência do Instituto Politécnico de Coimbra, depois de várias promessas e, em contrário, de várias tentativas para destruir a ESTGOH, promete agora que vai estudar, que vai repensar a oferta formativa do IPC e logicamente da ESTGOH. O Presidente do IPC parece prometer novos cursos para a ESTGOH... mas também parece prometer novos cursos para as outras escolas do IPC.

Afirma que vai repensar o IPC e a ESTGOH, e diz até, que quer a reorganização do IPC, acabando com a organização por Escolas autónomas. Agora quer, afirma, 2 Pólos.

Atenção, isto afigura-se muito ambíguo e até duvidoso, e como outras promessas e tentativas, são apenas manobras para cumprir o que HÁ MUITO anda a ser tentado: encerrar a ESTGOH, para Coimbra ficar com os alunos da ESTGOH e o respectivo financiamento por aluno. O “negócio” aqui são números – números para justificar os interesses instalados no IPC.

Sim, porque o que interessa a Coimbra são os alunos – e não os professores ou os funcionários - os professores da ESTGOH têm a ilusão que são desejados em Coimbra, mas, repito, o que Coimbra pretende são os alunos e o financiamento associado a cada um.

Porém e ainda falando sobre a actual situação vulnerável em que esta escola se encontra, questiono-me também se a responsabilidade só foi e é da Presidência do Instituto Politécnico de Coimbra e dos seus lóbis?

Por aí já todos sabemos que eles são respectivamente, os líderes e autores desta armadilha toda.

Também já sabemos que eles não olham a meios para atingirem fins. E não vão desistir tão cedo.

Por exemplo, já esta semana esse tal senhor Presidente do I.P.C., numa audição na comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, disse a todos os deputados presentes que na E.S.T.G.O.H., no actual ano lectivo, só tinha entrado um aluno do interior, neste caso de Oliveira do Hospital, e que todos os outros eram do litoral. Mais uma vez: mentiu.

Mais ainda, não conseguindo numa fase inicial fechar esta escola, colocou já em acção o plano “B”: desgastar a imagem da mesma. O que era de esperar. E como? Naquela que já é a sua nova “arma de arremesso”, e tendo em conta as más intenções iniciais, provocou e conseguiu que poucos alunos se candidatassem à E.S.T.G.O.H. logo na primeira fase deste novo ano lectivo. Não satisfeito, incentivou também os responsáveis locais desta instituição a convidarem alunos do segundo e terceiro ano a fazerem a sua transferência no imediato para Coimbra, isentando-os do pagamento de custas.

Também ele, na dita comissão parlamentar, voltou a reforçar o facto de que com o encerramento da E.S.T.G.O.H. pouparia entre 500 a 700 mil euros.

Pois aqui, e por exemplo, pergunto-lhe porque que é que dentro do I.P.C. existem assessoras que auferem de avença anual 50.000 euros? É público e está publicado. Não será este valor exorbitante para uma só Técnica?

Chega de peças de teatro e de actores disfarçados de cordeiros que na realidade são cúmplices de uma armadilha.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Daí que, e depois de tanto já ouvir expressões como “reformular cursos” e

“repensar a oferta”, e porque, segundo a A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, o prazo para a acreditação de novos cursos tem para já o seu limite datado para 15 de Outubro, algumas e pertinentes questões poderão ser no imediato levantadas, pois como se apercebe o tempo urge. Poderão ser exemplo:

- Quantos são os novos cursos que irão ser propostos? De que tipo? De que áreas?
- Existe alguma co-relação entre estes ou algum destes com os potenciais naturais e de outra vertente desta região do interior?
- Vão acabar com mais algum curso dos que actualmente são leccionados?

Neste seguimento, será também pertinente não só questionarmos como também recomendar.

Daí que, e quanto à oferta formativa, ou seja, à possibilidade de serem criados novos cursos (que alias até têm sido propostos pela ESTGOH, mas depois não são aprovados pelo Direcção do IPC) temos a recomendar o seguinte aos responsáveis da ESTGOH:

- A Direcção da ESTGOH, deve com a máxima urgência, propor novos cursos, propor possibilidades de uma nova oferta formativa. Que não estejam à espera que seja a Direcção do IPC a dizer que cursos devem haver em Oliveira do Hospital.

- A Direcção da ESTGOH deve agir em antecipação e apresentar essa nova oferta formativa, até para que a breve prazo, não venha o Presidente do IPC dizer que a ESTGOH nada fez para se adaptar à nova realidade.

Como aliás já está a fazer passar, afirmando com toda a satisfação que a ESTGOH preencheu poucas das vagas dos cursos que oferece.

- A Direcção da ESTGOH tem, pois, que fazer o seu próprio caminho e propor uma nova oferta formativa, ligada de preferência às reais necessidades da região, atractiva para os alunos da sua região de inserção, com cursos que perspectivem uma boa empregabilidade.

Portanto, cursos sustentados.

Portanto, cursos direccionados para as necessidades das empresas e instituições desta região do interior.

A ESTGOH tem que estreitar a suas relações e a sua articulação com a Plataforma de Desenvolvimento da Região Interior Centro, e junto desta, encontrar um aliado para criar novos e apelativos cursos – na área das energias renováveis, na área dos biocombustíveis, na área da qualidade alimentar, nos domínios do ambiente, nos domínios do turismo. Mas também e porque não, nas áreas da saúde (Oliveira do Hospital possui um Hospital de referência, que trabalha para o Serviço Nacional de Saúde) e da Gerontologia, etc... Oportunidades que devem ser aprofundadas.

À ESTGOH e aos seus dirigentes, também recomendamos que esta se deve abrir mais à sociedade civil.

É fundamental criar uma Comissão Independente ligada ao meio empresarial e ao



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

meio político da região para que em conjunto possam criar um lobby positivo de forma a defenderem a Escola e ao mesmo tempo possam contribuir para melhorar o seu funcionamento e estreitar a sua ligação ao território e às escolas secundárias e profissionais da região.

A ESTGOH, precisa também, em nossa opinião, de uma Comissão de Especialistas, de sábios, de pessoas de prestígio e com manifesto reconhecimento público, ligadas ao ensino superior, à investigação científica, profissionais de prestígio de várias áreas, onde se incluem pessoas de reconhecido valor naturais desta região, que possam funcionar como um conselho consultivo para o aconselhamento para o desenvolvimento da Escola e dos seus projectos.

Também, é importante que Oliveira do Hospital, cidade e concelho sede da ESTGOH, acarinhue e apoie por todos os meios a Escola. Ou seja a cidade deve acima de tudo valorizar mais a ESTGOH em função do seu projecto educativo, isto é, da sua função enquanto instituição que forma pessoas com qualidade, que depois têm acesso ao mercado de trabalho. Uma Escola que faz investigação e cria desenvolvimento técnico e científico que ajuda a resolver problemas das pessoas e das empresas - Valorizar mais a ESTGOH enquanto Escola do Ensino Superior e não em função dos interesses indirectos que estão associados à vinda de alunos e de professores.

Mais ainda, também é importante que esse projecto educativo seja pensado, não em função do corpo docente que tem à mão, mas em função de cursos apelativos que possam dar garantias de acesso a um emprego. Ou seja, uma escola mais virada para as necessidades do mercado de trabalho, do que para as necessidades do seu corpo docente. Estas preocupações são, obviamente extensíveis a todos os cursos e escolas do IPC. Pois aquilo que se exige – medida dura – para a ESTGOH também deve ser aplicado em Coimbra.

Por isso é que a referida oferta de novos cursos, tem que partir da ESTGOH e ser presente à Direcção do IPC o mais rápido possível. Que a ausência de propostas, não seja entendido pelo IPC como desinteresse.

Mas também que o IPC explique ao público em geral o que pretende fazer para se reorganizar enquanto instituição e que nova oferta de cursos pretende para TODAS AS ESCOLAS.

Porque se não pode haver duplicação de cursos entre a ESTGOH e as Escolas de Coimbra, Também não pode haver duplicação de cursos na mesma cidade de Coimbra, entre Escolas e Faculdades concorrentes e distantes entre si em menos de 1 km.

Se o critério da duplicação é válido para Oliveira do Hospital, também tem que ser válido para Coimbra.

Acredito que a defesa da ESTGOH. Seja mais uma das causas que nos une, a nós oliveirenses, e que une a nossa própria região.

As posições tomadas pelos Municípios de Arganil, de Góis, de Tábua, da ADIBER e da CIMPIN, dão-nos essa força. E o IPC sabe que temos essa força. O IPC sabe que temos força e legitimidade para lutar e acreditar. Se assim não fosse, quem o desejou, teria conseguido fechar a ESTGOH.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vencemos a primeira fase duma batalha que ainda agora começou.

Sabemos, quem deseja abater a ESTGOH e matar o mais importante projecto de desenvolvimento regional criado no interior do Interior do Distrito de Coimbra, desde o 25 de Abril.

Conhecemos as fracas e injustas razões que utilizam. Esta é uma questão de vida ou de morte para o interior do Distrito de Coimbra.

Como disse o nosso Presidente da Câmara, precisamos de reinventar a ESTGOH.

Diria mais, necessitamos de dar uma nova aragem à ESTGOH.

Aqui estamos disponíveis para o fazer.

Para terminar, quero lançar a todos os presentes e a partir daqui exteriorizar a todos os demais lá fora, um desafio: Não como autarca, não como presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, mas como cidadão:

Hoje mais do que nunca é importante darmos as mãos, darmos as mãos a toda a região envolvente, e criarmos um GRANDE MOVIMENTO CÍVICO REGIONAL DE DEFESA DO ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR DE PORTUGAL.

Sim, porque se começarem por abater a ESTGOH, enquanto escola politécnica descentralizada, a seguir irão, uma a uma, todas as escolas com a mesma tipologia e identidade – por isso é que alguns querem a urgente redefinição da rede de Ensino Superior Público. Porque razão objectiva?

Sim, devemos estar unidos no propósito de não deixar fechar o interior.

Aqui vive gente, aqui há vida. Aqui queremos continuar a ser portugueses.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raúl Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Queria começar por manifestar o meu agrado pelo novo investimento – embora particular – que está a feito na estrada junto à Lajeosa. Consequentemente, houve alguma melhoria naquele cruzamento, o que é sempre benéfico.

Mas há algo que, como utilizador daquela via, me causa alguma interrogação e que gostaria que o Sr. Presidente me respondesse sobre isso. São umas lombas que estão a ser feitas ali, perto daquela nova infra-estrutura e que condiciona um bocado o trânsito, pelo menos de manhã. Não sei o que se passa ali pelo que gostaria que o Sr. Presidente nos esclarecesse sobre isso.

Também queria falar de uma outra situação, que era a reforma administrativa. Gostaria de manifestar, aqui, o meu desagrado e afirmar que sou contra. Eu conheci alguns projectos anteriores relativamente à reforma administrativa e que se relacionava com as freguesias mas que não falava em extinção de freguesias. Falava sim em agrupamento de freguesias. E agora, nesta reforma, aparece extinção de freguesias. Portanto, queria deixar aqui o meu desagrado. Sou contra a extinção de freguesias. Penso que, concerteza, haverá outros colegas que também irão falar sobre isso. Mas, na verdade, acho que isto, no momento que atravessamos,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de crise... Há pessoas com dificuldades, há pessoas sem emprego, há pessoas com vários tipos de necessidades. Portanto, qualquer junta de freguesia, ainda que pequena, é sempre um ponto de abrigo e é sempre um ponto de apoio e de auxílio para essas pessoas. Portanto, neste momento, penso que não se justifica a extinção de freguesias, até porque não é isso que vai resolver a crise.

Quero também referir uma outra questão que se prende directamente com uma associação da vila de Lagares da Beira, que eu represento, e que me deixou um bocado indignado. Houve uma campanha eleitoral, houve várias promessas dos vários quadrantes. E fiquei perplexo com uma atitude, que passo a referir.

Venho hoje aqui para reafirmar um projecto que é de extrema justiça e acima de tudo uma necessidade para a Vila de Lagares da Beira, mas também para a zona norte do concelho, e que é a construção de um complexo desportivo no actual campo de jogos de Lagares da Beira;

É uma necessidade, porque a Associação Desportiva de Lagares da Beira é actualmente uma das poucas equipas a militar na divisão distrital da Associação de Futebol de Coimbra, que ainda joga num campo pelado;

É uma necessidade porque nos dias de hoje, para que haja qualidade na prática desportiva, para que possa haver captação de jovens para a prática do desporto e para atrair espectadores aos jogos, é importante que existam as condições mínimas nos campos de futebol, o que passa inevitavelmente pela construção de infra-estruturas adequadas e de um relvado sintético;

Mas é também uma questão de extrema justiça, pois Lagares da Beira não tem hoje um complexo desportivo digno desse nome, apesar da longa tradição de prática desportiva daquela zona do concelho. Como todos sabem, das 3 equipas concelhias que disputam provas oficiais – Associação Desportiva Nogueirense, Futebol Clube de Oliveira do Hospital e Associação Desportiva de Lagares da Beira – apenas o clube de Lagares da Beira não dispõe das condições exigidas para uma boa prática desportiva, apesar do vasto historial de décadas que pode ser observado na sua sede.

A construção de um relvado sintético em Lagares da Beira, certamente serviria também todos os clubes da zona Norte do Concelho, como a Sociedade Recreativa Ervedalense, o Grupo Desportivo Vasco da Gama, ou outros, permitindo que os jovens jogadores desta zona pudessem ter as condições que os atráíssem para a prática do desporto, desviando-os assim de outras distrações, muitas vezes pouco aconselháveis;

Mas também estou certo, que as camadas jovens do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, se assim o entendessem, poderiam usufruir de melhores condições para a prática de futebol, utilizando o campo de jogos de Lagares da Beira, estreitando assim as boas relações entre os vários clubes do nosso Concelho, numa estratégia de desenvolvimento desportivo que pudesse dar a oportunidade a mais jogadores de terem uma formação desportiva adequada;

Este relvado sintético é um anseio de longa data da Freguesia de Lagares da Beira. Aliás, na campanha eleitoral, fazia parte do programa de intenções ou proclamações de todas as forças partidárias que concorreram nas eleições autárquicas. Mas é sobretudo uma mais



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valia para o Concelho de Oliveira do Hospital. Quando todos nós ouvimos falar em descentralização, em evitar a desertificação das zonas mais interiores, em criar condições para que as freguesias mais afastadas dos centros urbanos se possam desenvolver, não podemos agora assobiar para o lado e querer que os investimentos continuem a ser apenas canalizados para os centros urbanos.

Sei bem que essa não é a visão nem a vontade deste executivo socialista. Sei bem o quanto este executivo tem lutado para que o relvado seja finalmente uma realidade. Sei bem o que a Junta de Freguesia de Lagares da Beira tem feito para que se possa construir este sintético. Sei bem o esforço e o empenho que os dirigentes da Associação Desportiva de Lagares da Beira têm realizado para manter o clube vivo e criar melhores condições para que quem lá joga. Sei do seu trabalho para garantir a continuação da prática desportiva e o seu empenhamento na angariação de receitas próprias que fazem deste clube uma instituição equilibrada.

Por todas estas razões é de todo incompreensível que todo este esforço diário e paciência de vários anos, possa esbarrar na visão centralista de alguns, que não percebem que o desenvolvimento de uma freguesia contribui para o desenvolvimento de todo o concelho. As gentes de Lagares da Beira merecem ser respeitadas, da mesma forma que todos os outros municípios deste Concelho. Depois de ter sido aprovado por unanimidade, e subsidiado pela própria Câmara Municipal, a aquisição de um terreno para este efeito, fico espantado que pessoas com grandes responsabilidades neste concelho, venham agora querer adiar e condicionar a construção do relvado em Lagares da Beira, enquanto não for construído primeiro um outro relvado em Oliveira do Hospital.

Que fique claro que pomos em causa a construção de um novo complexo desportivo em Oliveira do Hospital ou eventualmente noutra freguesia limítrofe. Concordamos que será uma mais valia para o Concelho. Mas não concordarei que a construção de um complexo em Lagares da Beira seja mais uma vez adiado em detrimento de outros. É uma questão de prioridades, e nesse campo, certamente que todos concordarão que, as actuais condições em que se joga em Lagares da Beira, não dignificam nem o clube nem uma freguesia, que também representam o concelho de Oliveira do Hospital por esse distrito fora. Convido-os a todos a assistirem a um jogo de futebol em Lagares da Beira e poderão ver com os vossos próprios olhos aquilo que aqui vos digo.

Senhor Presidente da Câmara Municipal! Conheço bem a vontade e o empenho que tem mostrado na construção deste complexo desportivo em Lagares da Beira. Já o afirmou várias vezes e sei bem que gosta de cumprir com os seus compromissos eleitorais. Certamente que não deixará ficar mal as gentes de Lagares da Beira, naquilo que depende da sua vontade e do seu executivo em permanência.

Peço por isso também, aos senhores vereadores da oposição, que contribuam de forma positiva para a rápida construção do complexo desportivo em Lagares da Beira, deixando de lado questões bairristas ou políticas e pondo os interesses do concelho acima de tudo. Esta é uma questão de extrema justiça para a freguesia de Lagares da Beira, mas também para toda a zona Norte do Concelho e para todo o Concelho de Oliveira do Hospital.

Lagares da Beira merece e lutará vivamente por este desígnio.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como todos sabem, hoje exigem-se condições nas provas oficiais e Lagares da Beira corre o risco de não poder, numa próxima época, entrar em competições oficiais. É uma associação com tradições. Conheço bem a equipa directiva de Lagares da Beira. É uma equipa que tem feito esforços e até o impossível para manter aquele clube vivo e para lhe dar continuidade pois está um clube equilibrado. Temos Oliveira do Hospital e temos Nogueira do Cravo, que tem relvado. Temos três clubes nas provas oficiais e só Lagares da Beira é que não tem relvado. Vai jogar a uma série de clubes com quem tem que jogar e, praticamente, é o único clube que não tem relvado sintético. Isto não pode continuar. Peço empenhamento nesta situação. Ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Vereadores, façam justiça e façam com que se construa este relvado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia:

“Em primeiro lugar, quero dar os parabéns pela organização da EXPOH. Este ano houve algumas modificações, penso que para melhor, embora tenham que ser sempre feitos alguns reajustamentos.

Penso que era importante a Câmara conseguir cativar os empresários com mais “peso” no concelho, embora saibamos que não vão ganhar muito na EXPOH porque o mercado deles não é feito aqui no interior. Mas era importante a imagem que se transmitia para o exterior.

Também quero dar os parabéns às juntas de freguesia que estiveram envolvidas na organização da Mostra de Sabores e Tradições do Alva ao Alvôco, em especial às técnicas do CLDS. Penso que correu muito bem e que foi uma mostra com muito empenho de todos.

Sr. Presidente: gostava de saber qual o ponto de situação da central de tratamento dos efluentes das queijarias. Como é que está isso? Houve algum desenvolvimento ou está tudo na mesma?

Aproveitava ainda para convidar pessoalmente todos para a Feira do Porco e do Enchido, que terá lugar no dia treze de Novembro.”

Seguidamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho Marques fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui hoje é um pedido à Assembleia e ao Sr. Presidente que nos ajude numa luta que as freguesias mais pequenas do concelho vão ter. Como todos leram nesta semana que passou, vinha na comunicação social a dizer que cinco freguesias do concelho de Oliveira do Hospital vão ser extintas.

Estas freguesias, que pugnam por dar boas condições de vida às pessoas que vivem nestas aldeias que, por coincidência, são as mais longínquas dos centros de decisão e dos meios onde há de tudo. E vamos ter uma luta que vai ser um bocadinho desigual. E vai ser desigual porque nós, portugueses, gostamos muito de olhar só para “o nosso umbigo” e vai ser uma luta só das freguesias que vão ser extintas.

O Sr. Raúl disse que não estava de acordo. Há algumas pessoas que eu já ouvi a dizerem que não estão de acordo. Mas eu tenho visto alguns presidentes de juntas de freguesia dizer que, realmente, as freguesias mais pequenas do concelho não têm grande razão de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

existir. Eu penso que as freguesias que poderão anexar outras freguesias pensam que, se anexar outra freguesia daquelas que são extintas, ficarão mais importantes, maiores ou com mais dignidade. Só que não pensam que essas freguesias que estão mais longe... Vou falar no caso de Alvôco das Várzeas... Nós não sabemos muito bem como é que o processo vai ser feito porque não tem sido muito claro. Os nossos políticos também têm um pouco de medo de ir ao fundo da questão e de dizer como é que é. Porque sabemos perfeitamente que é para extinguir só que, às vezes, dão-lhe outros nomes. Já me disseram que as freguesias que estão mais distantes possivelmente vão ser libertas e vão continuar a funcionar. Mas eu penso que é para nos calar mais um bocadinho e estão com medo de tomar as tais decisões.

Queria, então pedir ao Sr. Presidente da Assembleia e às forças políticas do nosso concelho que façam o elo de ligação com as forças políticas distritais e nacionais e que tenham alguma sensibilidade para com estas populações. Sabem perfeitamente que nestas pequenas freguesias do interior, a população está um bocado envelhecida e necessitam de uma pessoa que os ajude. Fiquei triste pelas populações do interior, não por ser presidente da junta e por deixar de o ser.

Portanto, havia de se sensibilizar as pessoas para esta questão, se queremos defender as freguesias que são mais do interior. O próprio Primeiro-Ministro disse que não queria viver longe das populações; queria que as populações estivessem perto do Governo. Se deixar de haver estes apoios nas aldeias do interior, as pessoas procurarão um modo de vida mais cómodo, melhor, mais no litoral, mais perto de Lisboa. E aí estarão muito mais perto do Governo.

Penso que ninguém sabe muito bem como é que toda esta reestruturação vai acontecer. Dizem-nos também que vão ser feitos mais estudos, caso a caso. Mas eu não acredito. Não estamos muito seguros que haja alguém em Lisboa – seja de que partido for – que defenda as populações do interior.

Mesmo quando falam de descentralização, verifica-se que qualquer política que saia dos gabinetes é sempre para centralizar.

Também queria a seguinte chamada de atenção: há dois ou três meses tivemos conhecimento que o sinal TDT vai ter início em todo o País a vinte e seis de Abril do próximo ano. Em Alvôco das Várzeas, estamos numa zona sombra e, há uns anos, tivemos que pedir um retransmissor, que era o retransmissor da Senhora das Necessidades. Foi a junta de freguesia que o pagou, que o implantou e eles simplesmente puseram as máquinas. E agora dizem que vão tirar o retransmissor da Senhora das Necessidades porque a TDT não vai implantar lá um novo sistema de retransmissão. Como Alvôco das Várzeas está numa zona sombra, todos os habitantes necessitam de ter uma antena parabólica para apanhar o sinal de TDT.

Temos estado atentos a isto. Mandámos um protesto para várias entidades, para os partidos, para a Assembleia da República, para o Primeiro-Ministro. E quero dizer-vos que os únicos que nos responderam foi o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e a ANACOM. Ninguém nos disse mais nada. Estas pessoas disseram que estavam solidárias com esta nossa luta mas mais ninguém nos deu qualquer apoio ou nos disse qualquer coisa em relação a tudo isto.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nós, no interior, estamos fartos de estarmos sentados a ver o litoral a desenvolver-se. E, neste momento, que o interior necessitava algo para também ter qualidade de vida, vemos que nos estão a roubar aquilo que havia no interior.

Também queria deixar aqui um agradecimento e enaltecer o trabalho da CLDS na Feira de Saberes e dos Sabores de Penalva de Alva. Mas eu seria ingrato se não salientasse o trabalho da Junta de Freguesia de Penalva de Alva, especialmente do seu Presidente.”

Interveio, depois, o Sr. Carlos Folques com a seguinte declaração:

“Atendendo à intervenção que já houve aqui sobre o Politécnico, vou ser um pouco mais conciso e rápido.

Tem a ver com a intervenção que o Presidente do Politécnico está a ter e que teve esta semana na Assembleia da República. Uma intervenção que me desgostou profundamente, atendendo a que ele foi para a Assembleia de “faca ao peito” aos deputados para justificar o encerramento da ESTGOH.

E este aspecto agressivo que eu vejo no Presidente do IPC no encerramento da ESTGOH faz-me intervir aqui por isto: eu fui aluno do ISCA de Coimbra, fui Presidente da Associação de Estudantes do ISCA de Coimbra por vários mandatos, fui membro do Conselho Directivo do ISCA de Coimbra, fui aluno da Faculdade de Coimbra e, portanto, tenho algum saber destas questões.

Passei uma fase de grandes discussões com o Ministério da Educação. Há a criação da licenciatura e da formação de todas estas coisas. E sei a génese da criação deste Instituto. E isto tem a ver com o seguinte: os institutos foram criados naquela altura, na necessidade da existência de cursos médios: tinham a duração de três anos e era atribuído o título de bacharéis.

O que acontece é que, com a entrada de Bolonha, que no final de três anos, atribui licenciaturas nas universidades, o espaço de muitos institutos foi completamente esmagado. Vendo bem, hoje não há espaço para determinados institutos. E não faz qualquer sentido, hoje, que na cidade de Coimbra se dupliquem cursos. Hoje não faz qualquer sentido existir o ISCA e o ISEC existir em Coimbra. Não quer dizer que esses cursos, noutra parte do País... Estou a falar só numa visão economicista. Se o problema é de dinheiro ou meramente economicista, não faz sentido o ISEC ter o mesmo currículo ou matérias curriculares que tem a Faculdade de Engenharia, ali ao lado. Como não faz qualquer sentido o ISCA de Coimbra ter as mesmas matérias curriculares que a Faculdade de Economia que está ao lado. Estamos a falar de duplicação de professores.

Estamos a falar numa visão economicista, que é a que tem o Presidente do IPC. E, se é para esse caminho, vamos falar. O que não é a mesma coisa com a ESTGOH ou a Figueira da Foz. Se formos ver a visão também economicista destas escolas, não é rigorosamente a mesma coisa. Primeiro, porque fazem uma cobertura geográfica diferente, logo, estão em espaços físicos diferentes. A seguir, cobrem populações estudantis diferentes. Olhamos para a população estudantil de Oliveira do Hospital e vemos que uma boa parte é desta região, trabalha nesta região e formou-se nesta região, em regime pós-laboral. Portanto, se a visão é economicista – e vamos pensar na economia no ensino superior – então, o Presidente do IPC



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também tem que pensar que tem que encerrar o ISCA e o ISEC e transferir esses cursos para Oliveira do Hospital e para a Figueira da Foz.

Hoje, não há qualquer viabilidade, numa visão economicista – que é a que ele tem – na existência do ISCA e do ISEC de Coimbra. Há outros institutos que têm. Por exemplo: o Instituto da Saúde tem toda a razão de existir porque não é curricularmente coincidente com a Faculdade de Medicina. Os cursos na área da assistência social também não têm coincidências curriculares com mais nenhuma escola. A Escola Agrária também não tem coincidência, pelo que tem toda a razão a existência dessa Escola. O ISCA e o ISEC de Coimbra não têm qualquer relevância.

Portanto, não faz sentido transmitir os cursos de Oliveira do Hospital para essas escolas. Não faz mesmo sentido. E proponhamos mais é o encerramento destas escolas em Coimbra e a sua transmissão para Oliveira do Hospital.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Mendes que apresentou a seguinte moção:

“Moção de apelo aos órgãos de soberania, relativamente à construção dos itinerários complementares da serra da estrela: IC 6, IC 7 e IC 37:

A região em que se insere o Município de Oliveira do Hospital, há muito tempo que carece de vias estruturantes de interesse nacional, regional e local, pelo que a construção dos traçados do IC6, IC7 e IC37, se reveste de fundamental importância, no sentido de ultrapassar a profunda debilidade, que constitui a falta de acessibilidade ao Concelho de Oliveira do Hospital e a toda esta região da Serra da Estrela.

Neste sentido, são de relevante interesse os seguintes factos:

- o processo conducente aos projectos de execução dos traçados IC6, IC37 e IC7 encontra-se concluído pelo anterior Governo, faltando apenas lançar os respectivos concursos para adjudicação;

- a construção do mais recente troço do IC6 foi interrompida no limite dos Concelhos de Tábua e Oliveira do Hospital;

- estes itinerários são de fundamental importância na aproximação desta região ao resto do País e além fronteiras, permitindo uma substancial melhoria das condições de vida, assim como a possibilidade de instalação de investimentos necessários ao seu desenvolvimento económico e social;

- numa zona de elevado interesse patrimonial, histórico e ambiental, só vias de acesso estruturantes e condignas poderão incentivar o Turismo e a geração de riqueza através de actividades ligadas a este sector;

- estas vias reduzirão significativamente as crescentes ameaças de desertificação das regiões interiores, contribuindo para a inversão desse mesmo fenómeno;

- em tempos de fracos recursos económicos para o País, há que apostar na coesão territorial, canalizando investimentos públicos para as regiões do interior do País, as quais têm sido marginalizadas por parte do Estado, mesmo em tempos de maiores recursos financeiros;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tendo em conta os pressupostos anteriores, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reunida no dia 30 de Setembro de 2011, apela aos órgãos de soberania, para que sejam rapidamente executados os troços dos Itinerários Complementares da Serra da Estrela – IC6, IC7 e IC37, ainda que de forma faseada.”

Intervieio, depois, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“A meu ver, a dívida pública e o déficit público não justificam tudo. Como sabem, a dívida pública em dois mil e sete, pela primeira vez desde o vinte e cinco de Abril, tinha parado de subir. Tinha até começado a diminuir. E o déficit público estava em dois por cento em dois mil e sete. É bom que se lembre isto. E eu acho que, quando se fizer a história desta crise, muita coisa há-de ser percebida. Porque, ao fim e ao cabo, não andaremos muito longe de perceber, daqui a meia dúzia de anos, que esta crise foi mais forjada pelos senhores que mandam no mundo e que, desde que caiu o Muro de Berlim, nunca mais desistiram de fazer recuar a civilização e fazer recuar tudo aquilo que os povos tinham ganho, nomeadamente a intervenção do Estado na sociedade.

Basta ler o que se passa no Clube de Bilderberg para se perceber que isto... Hoje é muito difícil de afirmar isto e mais difícil ainda de entender mas vai-se perceber daqui a dez anos que estas crises não acontecem por acaso e foram premeditadas para recuarmos, do ponto de vista de civilização.

Isto para dizer que o IC 6 e o IC 7 não custam nem sequer dez por cento do túnel do Marão e cobririam a nossa região, como já estão cobertas as outras regiões. A nossa região é a pior servida, em termos de País. Só talvez o meio do Alentejo é que está nas mesmas condições.

Antes, tínhamos connosco Arganil, Tábua e Seia, que também estavam mal servidos. Arganil e Tábua já estão relativamente bem servidos. E nós corremos o risco de ficarmos cada vez mais sós neste problema.

O exercício que nós temos que fazer é este. E eu, anteriormente, já referi quem é que trouxe para cá os dois troços que já estão feitos. Acabemos com isso. Agora, a questão é esta: todos associarmo-nos nesta luta, para que a estrada prossiga.

Por isso, eu apelo, nomeadamente aos representantes do PSD e do CDS no concelho, para que intercedam junto do Governo porque isto são “tremoços”. Em termos do Orçamento de Estado, não tem dimensão absolutamente nenhuma. Já há muitos anos que é assim mas quem para cá trouxe os anteriores troços... Não vamos entrar de novo por aí.

Nós vamos outra vez correr o risco de ficar outra vez com esta obra parada. Como já se disse – e eu tive o cuidado de confirmar isso – o projecto da obra está feito, o estudo de impacto ambiental também está pronto. O que falta agora é lançar o concurso de execução da obra, com as consequentes expropriações.

O que eu vos pedia é que temos que nos unir todos para lançar o concurso de execução da obra em dois mil e doze. E, mais uma vez, exorto os representantes dos partidos que neste momento estão no Governo, em articulação com a Câmara Municipal, para que façamos ouvir a nossa voz junto do Governo para que, pelo menos, no Orçamento de Estado de dois mil e doze, apareça uma verba, ainda que não seja muito significativa. Mas, o que é



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importantíssimo é que desapareça de todo do OE de dois mil e doze esta obra porque, senão, nem em dois mil e catorze ela arranca.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a moção apresentada pelo Sr. Carlos Mendes, tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng^o Carlos Maia:

“Em primeiro lugar quero dar os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital pela brilhante intervenção acerca da ESTGOH. Foi um texto muito bem escrito, com as intenções que eu penso que são dele mas que também são de todos nós.

Na última Assembleia, sobre a ESTGOH, disse-o e continuo a reafirmá-lo que as vozes vão ser todas poucas e as forças vão ser todas poucas para defendermos a ESTGOH.

Como disse, não há aqui – nem se pretende que haja – qualquer cunho político-partidário à volta da ESTGOH. Disse-o e deixei muito bem claro, na última Assembleia Municipal. Por conseguinte, penso que todos temos que fazer aquilo que nos compete. Quanto à ESTGOH ainda e acerca daquilo que o Presidente da Junta aqui falou, na exposição que fez, penso que era de bom-tom, numa próxima Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da ESTGOH vir dar a cara perante esta Assembleia. No meu entender, já chega que o Sr. Presidente da ESTGOH goste muito de falar nos meios de comunicação, porque possivelmente se sente lá bem. Deve ser essa a razão. Mas, quando eu vi, com um sentido de humildade brilhante, o seu Vice-Presidente – penso que por iniciativa própria – deslocar-se à última Assembleia Municipal, e ter-se sentido na obrigação de vir dar explicações a esta Assembleia Municipal, devo dizer que “tirei o chapéu” a esse Senhor porque, efectivamente, é um Senhor com “S” grande.

O que eu não entendo é a ausência do Sr. Presidente da ESTGOH. É bonito e, se calhar, fica-lhe bem aparecer em fotografias nos jornais e na comunicação social. Pode gostar muito disso. Mas nós, que estamos aqui nesta Assembleia, e que fomos eleitos pelos eleitores de Oliveira do Hospital e pelos oliveirenses, gostaríamos muito de o ver aqui a dar-nos, futuramente, explicações cara-a-cara e olhos-nos-olhos, do que é que ele tem lutado, que é que ele tem feito, que diligências tem dirigido, que cursos é que pensa exigir ao IPC. Eu gostaria, Sr. Presidente da Câmara e Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que o convidassem, numa próxima Assembleia Municipal, a vir aqui falar connosco. Porque eu penso que ele também tem obrigações nisso.

Este é um pedido que eu faço à Câmara Municipal e ao Sr. Presidente da Assembleia.

Quanto às notícias que por aí andam acerca das extinções das freguesias, quero dizer que as freguesias, como aqui já foi dito pelo Sr. Agostinho, são e têm sido o primeiro esteio, a primeira porta onde as populações vão bater quando têm uma dificuldade. E os presidentes de junta têm sido os interlocutores válidos e o canal para levar as preocupações aos poderes, sejam autárquicos ou outros.

Extinguir freguesias só por extinguir, sou contra isso. Gostaria de saber e de ser informado por quem de direito – e quem de direito é o Governo – quanto custa ao erário público do País essas freguesias que têm no horizonte vir a extinguir-se. Gostaria de saber



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso. Quanto é que isso custa? Sinceramente, acho que não é por aí que se deve ir. Se o custo, como se diz, é tão ínfimo, sou contra qualquer extinção de freguesias neste País. Penso que há outras áreas onde se pode ir buscar esse dinheiro, em vez de criarem problemas de convulsões, de revoltas das pessoas. Porque há freguesias neste País com muita história. Penso que é uma matéria que é muito sensível, que não é fácil. Assim, tomar-se uma medida destas, pura e simplesmente a régua e esquadro, não é sério e penso que não é honesto.

Quanto ao IC 6, só quero dizer isto: que cada Governo deste País faça aquilo que tem que fazer. Alguns já fizeram alguma coisa. Outros que façam o que têm que fazer porque é isso que nós queremos. É isso que Oliveira do Hospital quer, é isso que Seia quer e é isso que Gouveia quer. Por conseguinte, só quero dizer isto: que cada Governo faça aquilo que tem que fazer e a sua obrigação para com o interior deste País.

Sr. Raúl: um relvado sintético em Lagares da Beira, como falou há pouco... Eu nem sabia que isso estava em perspectiva. Mas, sinceramente, ter que vir aqui dizer a esta Assembleia Municipal, quase que rogar... Aqueles que têm o poder de decisão na mão, que tomem uma decisão certa, correcta e justa. Penso que não haveria necessidade disso por uma razão muito simples: será que os políticos deste concelho, os políticos que têm o poder de decisão na mão, são os mesmos que aqui há uns tempos atrás foram a Lagares da Beira para pedir votos, prometendo isso? Será que algum desses políticos hoje está a pôr em dúvida isso? Devo dizer-lhe que tem toda a minha solidariedade na luta pelo relvado sintético para Lagares da Beira.

Eu não aceito que só pelo intuito de ir buscar votos, só pelo intuito do eleitoralismo... Que as pessoas sejam sérias e que assumam as suas responsabilidades. Porque já vai chegando de nós, para “caçar” votos, andemos a enganar as pessoas em períodos eleitorais. Os responsáveis que têm que tomar a decisão que a tomem. Se não a quiserem tomar, seja em Lagares da Beira ou em qualquer outra freguesia, tenham vergonha na cara quando forem pedir votos a essas pessoas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Dr. Manuel Morais Garcia:

“A minha intervenção também vai no seguimento das que os meus colegas já fizeram. Porque as pessoas sabem quem trabalha nas freguesias, quem vêm todos os dias a trabalhar nas freguesias, o trabalho que fazem pelas freguesias, o trabalho que fazem pelas pessoas e os esforços que essas pessoas fazem, abdicando até de muitas outras coisas. Mas, para isso é que são eleitos e estão lá e desempenham o seu papel no dia-a-dia.

Nas freguesias que são referidas na comunicação social, a minha está incluída, infelizmente. De facto, tem que ser uma luta de todos, uma luta solidária, porque eu não tenho problema nenhum de pertencer a qualquer outra, se assim eles o entenderem. Eles é que mandam mas também temos direito à indignação, a reclamar, a protestar, a fazer tudo e mais alguma coisa em prol das pessoas que nos elegem porque somos nós que estamos mais próximos delas.

Estas pessoas, quando lançam estas medidas, não sabem o que estão a fazer. Porque as pessoas não são números. Eu tenho a segunda maior freguesia do concelho em área. E esses



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores não tiveram em atenção de que é que as pessoas vivem na minha freguesia, o que é que se lá produz, se está bem servida de estradas, se a população é idosa ou não. As pessoas não são números. Não concordo com isso. As pessoas têm direito a estar devidamente representadas. Não é que não o sejam se pertencerem a outra freguesia. Mas como vamos tentar explicar isso às pessoas das freguesias? Será que o dinheiro que vem para as freguesias, independentemente de se pertencer a uma ou duas, não vai ser o mesmo? Será que vai diminuir? Concordo com o que disse o Raúl de que não é por aí. Se vamos pertencer a outra freguesia, a área mantém-se e as pessoas mantêm-se. Só vão tirar o dinheiro? Não o podem tirar.

Hoje, mais do que nunca e com esta crise que anda por aí, começo a notar na minha freguesia uma coisa que nunca notei: há muita pessoa que passa mal, há muita coisa encoberta. As pessoas vivem do que não têm e passam dificuldades. E as juntas são os organismos que estão mais próximos das pessoas. As pessoas sabem quem trabalha, quem se dedica a elas, quem está mais próximo. Então, esperem o que se avizinha: dificuldades, problemas sociais. Extinguir freguesias, diminuir a participação das pessoas na vida pública e política. Porque é isto que também se está a limitar. Está a perder-se um direito que as pessoas têm de estar próximas das pessoas que estão próximas delas.

Podem contar comigo para o que der e vier. Sou solidário e penso que todos nós devemos estar solidários nesta luta: Oliveira do Hospital e todos os municípios e freguesias do distrito e do País que se encontram nesta situação. Deve ser uma luta comum.

Temos um Presidente da ANAFRE que ainda não ouvi nada de jeito da boca dele. Não se está comprado, se está vendido ou como é que é. Eu leio jornais todos os dias e consulto a internet todos os dias e ainda não vi nada de jeito da boca dele.

Pedia, então, a solidariedade de todos os presidentes de junta aqui, em detrimento das outras que se encontram nesta situação.

Queria também relevar o aspecto cultural que o Município tem levado a efeito nos últimos meses. Temos assistido a eventos culturais, actividades, teatro, música, desporto. É isso que importa.

Também queria ressaltar um aspecto: o Sr. Presidente do Município falou que as dificuldades são cada vez mais. Queria agradecer a disponibilidade que o Presidente mantém em manter os apoios que dá às colectividades e aquelas que desempenham, porque há muitas que não têm actividade todos os dias ou que estão paradas. Penso que é um aspecto importante não terem existido cortes, ainda que possam existir no futuro. É um aspecto importante ver que o Município continua a apoiar, mantendo vivas as comunidades e aquilo que temos de bom no nosso concelho e que são as colectividades, os grupos, as associações.

Também queria referir ao Sr. Presidente da Câmara que não se esqueça, ao nível dos esgotos, do Bairro dos Machorros e da Rua Francisco Mendes Diogo. Sei que tem feito esforços mas ainda não há nada visível.”

Depois, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Constato que hoje, menos de três anos depois, o PSD, largamente hegemónico nas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autarquias do nosso município, tem neste momento, formalmente, um Vereador no actual Executivo. Segundo: estou com curiosidade para ver o que é que agora vai fazer o Sr. Presidente da Câmara, como é que vai gerir a futura maioria. Apenas curiosidade.

Mas não só, porque, ultimamente, a contra-maioria em exercício, já votou contra coisas para a minha freguesia. E isto é que começa a ser mais complicado. Eu creio que o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira não se explicou bem nessa proposta que fez à Câmara Municipal e que foi chumbada em votação no Executivo. Admito que não nos tenhamos entendido. Portanto, problema de comunicação. O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira está disponível para explicar melhor essa situação, no sentido de tirar até a limpo: foi problema de comunicação?

Outra constatação: constato que, mais de um ano depois de concluído o troço do IC 6 onde parou misteriosamente, agora se deu conta que ele, afinal, parou ali. É mais uma constatação que eu faço.

Terceira constatação: é que, agora, as moções já não vão para o caixote do lixo dos Ministérios. Ainda bem. Antes iam, quando era eu que as propunha. Eu votei a favor. Estou de acordo, votei a favor. Mas se o Ministro ou seja quem fôr as deita no caixote do lixo, isso não abona nada em favor do Ministro e não nos tira, a nós, ponta de dignidade.

Outra questão e uma pergunta que eu deixo aqui: quando se fala de Governo actual, de facto quem é que governa o nosso País actualmente? Com que programa, de facto? São as Troikas. E vão lá ler aquilo que a Troika nacional subscreveu. Vão lá ler. Admirem-se que fechem escolas no interior? Que vão fechar aqui extensões de saúde? Mas rapidamente. Alguém tem dúvidas que, se os deixarmos, vão fechar aqui extensões de saúde de Oliveira do Hospital? Que fecham as urgências? Que fecha a ESTGOH? Mas, têm alguma dúvida disso, se aplicarem o acordo das Troikas, se nós não lutarmos contra esse programa de desastre nacional? Mas, lutarmos já, porque, para o ano, pode ser tarde. Enquanto houver País. E eu não estou aqui a fazer nenhum drama. Porque aquilo que estamos agora a assistir é muito menos do que aquilo que vamos assistir para o ano, se isto assim continuar. E também já não é inédito na história do nosso País. O Junot, o Marechal de Napoleão, esteve quase um ano a governar por decreto em Lisboa e foi corrido. E era o Junot de Napoleão. Estes agora são mais difíceis porque têm outros instrumentos, não é só à bomba.

Queria fazer uma saudação melhoria grande que foi a Estrada do Moinho do Buraco e o facto dela já estar, agora, nova e ao serviço, embora haja uns problemas com as bermas e com areias a irem para dentro alcatrão e que tornam aquilo um pouco perigoso em algumas curvas. Mas isso são problemas que podem ser resolvidos. E lembrar aqui, há muitos anos já, as vezes que aqui falei nisso. E lembrar também – porque essa é daquelas que nunca esqueço pois foi a pior que aqui aconteceu em trinta anos que já aqui ando – que foi uma vez terem dito que o Presidente da Junta de Vila Franca da Beira falava nos acidentes na estrada que passava em Vila Franca, antes de haver a rotunda, para se promover à custa das mortes que lá aconteciam. Isto foi dito aqui, há testemunhas que assistiram a esse debate.

Queria, então, congratular-me por essa obra, que mais vale tarde do que nunca. E está agora ali, ao serviço das populações e retira muito trânsito de dentro da freguesia de Vila Franca. E que faz reduzir o perigo de circulação naquela estrada que, desde dois mil e quatro



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não regista qualquer acidente. E antes, em doze anos, aconteceram doze. Portanto, por algum motivo era. Não era só porque os condutores não tinham cuidado. Mas, de toda a maneira, Sr. Presidente, falta a iluminação naquela estrada até à nova rotunda. E, de Inverno e com nevoeiro, aquilo é perigoso à noite, sem iluminação pública.

Também queria dizer que constatei ali uma coisa que eu já sabia: as máquinas andaram nos caminhos do Ervedal e do Seixo. Ainda bem que andaram e que andem lá sempre. Mas não andaram na freguesia de Vila Franca da Beira. Não sei se já estavam a antever a extinção da freguesia... Levar máquinas daquelas para o Ervedal e para o Seixo e, depois, não se fazer uma coisa mais integrada, mais em conjunto, é desperdiçar meios. E não é por falta de eu ter insistido em relação a isso. Espero que, da próxima vez, também não as levem lá só para dentro de Vila Franca da Beira, pois acho que Ervedal e Seixo continuam a precisar.

O vale do Mondego: aquela questão daquele estradão que precisa ser arranjado. A Penha do Vieiro justifica um miradouro. E, se os donos não vendem, expropria-se por interesse público. É o mais bonito miradouro que temos ali, natural, daquele vale do Mondego. Não é tão bonito como a zona do vale do Alva mas também é muito bonito. E o Castro do Vieiro, antigo, com mais de três mil anos, continua ali completamente abandonado. Não percebo como é que isto ainda anda assim. Já agora, uma coisa mais prática: os roteiros de pedestrianismo daquela zona. E há lá um imigrante, que vive lá há vinte anos, que já tem percursos pedestres organizados, fotografados, já deixou *dossiers* aqui na Câmara. Pelo menos, ele queixa-se que nunca mais ninguém falou com ele.

Continua sem funcionar bem a articulação dos organismos e programas dos apoios sociais. Simplesmente, eu acho que há quem não queira coordenar bem. Há instituições que até nem têm interesse em coordenar isso bem. Acho que isto também deve ser assunto da próxima reunião do CLAS.

Quanto à ESTGOH, cuidado. Até aqui, podemos ter a tentação de transformar o Presidente do IPC em bode expiatório. Mas, a partir de agora, ele já não pode ser bode expiatório, por mais avarias que ele faça. Nós já conhecemos o indivíduo. Mas, quem é que se pode deixar surpreender por atitudes do actual ainda Presidente? Mas também não podemos agora pretender que a Direcção da ESTGOH faça aquilo que a gente aqui quer, na Assembleia Municipal. Eles têm autonomia própria. E também não podemos dizer que, afinal, se houver algum problema, a Direcção da ESTGOH é que teve a culpa. Vem aí o Orçamento de Estado e o PCP vai propôr a dotação da verba para a construção das novas instalações da ESTGOH. Que cada um aqui – pelo menos os mais partidariamente responsáveis – assumam que o respectivo partido lá faça fazer o mesmo. Muito em breve vamos, de facto, ver quem é que está contra ou quem é que, simplesmente, não se interessa pela ESTGOH, para além de toda a conversa que a gente aqui faça e que, justificadamente, se possa fazer.

Já agora, eu vi o programa do sete de Outubro, feriado municipal, na comunicação social. Não sei como é que é a sessão solene, se se vai manter como no ano passado ou não.

Quanto à questão da extinção das freguesias, está publicado no Portal do Governo o chamado “Livro Verde da Reforma Administrativa”, que eu li muito a correr ainda agora, antes de vir para a Assembleia Municipal. E aquilo não é só a extinção das freguesias e de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municípios. É mais. E também está, para quem quiser ver, o famoso pacto de agressão, como nós designamos. De agressão de uns e de submissão de outros. Está lá que são mil e duzentas. Eles até quantificam. E também há quem até diga que deva ser mais.

Mas, por exemplo, isto também é a reforma do sistema eleitoral e da constituição dos futuros executivos municipais, globalmente considerado ainda pior que a extinção de freguesias e de municípios. Simplesmente, acabam as oposições de vereadores dentro dos Executivos. Passam a ser Executivos monolíticos partidariamente. Só há candidatos à Assembleia Municipal e aquele que tiver mais votos é o Presidente da Câmara. E, depois, chega à Assembleia Municipal seguinte e escolhe o resto dos membros do Executivo. Deixa de haver o Método de Hondt. E lá se foi um elemento fundamental em democracia, que é representação participada e consoante a votação de cada força política, nos Executivos. E depois são as Assembleias Municipais que vão fiscalizar a acção do Executivo. Mas como? Com que meios? Com que recursos técnicos, humanos, financeiros? Com que conhecimento? Com que apoios? Com que *staff*? Ou isto são coisas como o antigo merceeiro da minha terra, que trazia o lápis na orelha e fazia as contas numa folha A4? Isto é alguma mercearia? Isto é o que está previsto. E o Governo diz que um terço dos vereadores “vai à vida”. Mas depois vem o PS e diz que um terço é pouco e que tem que ser metade. Para onde é que vamos com isto?

Quanto à questão da extinção das freguesias e dos municípios, podem extinguir as freguesias todas e haver uma só no País inteiro. Mas, se continuarem a transferir, do Orçamento de Estado, directamente para essa Junta de Freguesia – única no País – menos de dez cêntimos, em média, por dia e por eleitor, como agora acontece às freguesias do nosso concelho, não se resolve nenhum problema nem da dívida nem da contra-dívida e muito menos os problemas das populações. E esta é que é a questão central, porque cada vez transferem menos. O problema da fusão de municípios não é haver mais com cinco mil ou sete mil; é Oliveira do Hospital, em três anos, ter menos três milhões de euros.

No famoso Livro Verde, os municípios e as freguesias estão consideradas em duas ou três categorias. A de Vila Franca, ainda por cima, vão dizer que não tem história, que tem vinte e três anos. Mas tem muitos mais anos a tentar ser freguesia e isso também faz parte da história.

Nós, antes de ver o Livro Verde, já tínhamos organizado um abaixo-assinado, do qual eu tenho um exemplar com mais de duzentas assinaturas. E diz assim: “*Vila Franca da Beira é freguesia por direito próprio e por indeclinável vontade da sua população. Assim quer continuar a ser e por todos os motivos. Eis porque se apela a Vs. Exas. no sentido de terem esta pretensão na maior conta e em todas as circunstâncias.*”

Qualquer extinção ou fusão que fosse devia, obrigatoriamente, passar por uma consulta perfeitamente clara e inequívoca à população. Se Vila Franca da Beira não fosse freguesia há vinte e três anos, nunca poderia ter tido o nível de investimento que teve. E não é porque os outros fossem maus. Simplesmente, não tinha essa condição institucional, de poder decidir internamente onde é que se gasta o dinheiro, sem ter que estar a discutir com outros autarcas.

Agora, há o mega-Presidente da Cordinha – que fosse – com três mil e tal eleitores. E depois, os velhotes da minha terra, que já nem podem sair de casa, vão chamar a casa o mega-



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Cordinha? Ou o mega-Presidente da Cordinha põe o antigo regedor e o cabo de ordens lá da minha terra? Porque é para isso que isto pode tender. E a Constituição da República Portuguesa, que ainda é nossa pátria, diz que aquilo que deve ser feito em termos de reforma administrativa é a criação das regiões administrativas. Não fala em acabar com municípios ou freguesias. E isso ainda conta ou não?

Pode-se dar esta coisa engraçada: se nos colocam a questão se queremos ir para o Ervedal ou para o Seixo, nós, por mauzinhos, dizemos que queremos ir para o Seixo. A seguir, perguntam ao Ervedal para onde é que querem ir. E eles só podem ir para o Seixo a seguir, porque ficam com menos de mil habitantes.

Queria propor a seguinte moção:

“Considerando já o chamado “Livro Verde” da anunciada reforma administrativa do nosso País;

Considerando que, a pretextos muito discutíveis e com critérios pré-fabricados, se anuncia a fusão e/ou extinção de Municípios e Freguesias;

Considerando que também se vem propor a completa subversão do processo eleitoral para os representantes dos Municípios designadamente impondo a redução substancial de eleitos e impondo também a composição partidariamente monolítica dos Executivos Municipais, assim varrendo os eleitos da oposição dos Executivos e atirando para cima das Assembleias Municipais responsabilidades de fiscalização que as Assembleias Municipais simplesmente serão incapazes de cumprir desde logo por falta de recursos técnicos, financeiros e humanos;

Considerando que, ao mesmo tempo, se observa uma continuada redução das transferências directas de verbas dos Orçamentos de Estado quer para os Municípios quer para as Freguesias, e que cada vez mais são encerrados serviços públicos de proximidade para com as Populações;

Considerando que qualquer fusão ou extinção de Municípios ou Freguesias, deve ser precedida de auscultação directa e inequívoca quer aos respectivos Autarcas já eleitos quer sobretudo às Populações;

Considerando ainda que não é admissível, quer do ponto de vista da dignidade local regional ou nacional quer do interesse muito prático das Populações, que seja uma ou mesmo duas “troikas” a decidir estes (e outros) aspectos tão importantes para a nossa vontade e para a nossa vida.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital delibera rejeitar as alterações concretas para que aponta o “Livro Verde” da reforma administrativa agora divulgado e em especial a orientação para extinguir ou fundir freguesias.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a presente Moção, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quinze abstenções e três votos contra.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves, que fez a seguinte declaração de voto:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Eu votei contra esta proposta porque a considero uma amálgama de situações e não efectivamente uma proposta. Ela não tem pés nem cabeça, em termos objectivos e em relação ao que se pretende. Eu sou também, como os Srs. Presidentes, em princípio, contra a extinção das freguesias. Mas, uma vez que não se justifica plenamente aquilo que se pretende, acaba por não ser... O Sr. sabe e todos nós sabemos que isso só veio ao lume porque o Partido Socialista, juntamente com o PSD e o CDS, assinaram um documento em que está prevista a extinção de municípios e de freguesias. É bom que nos indignemos com esta situação, que não concordemos com ela. Mas não nos esqueçamos que temos por trás exactamente uma situação que nós próprios criámos. E não foram os outros que a vieram criar.

Por isso, nestas circunstâncias, é preciso que nós, antes de fazermos propostas, antes de virmos aqui dizer coisas e mais coisas, pensemos que a culpa está em nós, como militantes destes partidos, como votantes destes partidos que assinaram essa situação que, agora, talvez seja – grosso modo – incapacitante para nós, porque temos incapacidade de alterar aquilo que está escrito. E amanhã vamo-nos encontrar perante uma situação real e efectiva, que é a da extinção de freguesias, precisamente porque nós, na altura própria, não fomos capazes de tomar a decisão, ou deixámos que outros tomassem a decisão por nós. E agora, perante um facto consumado ou possivelmente perante um facto consumado, pouco nos resta estar a estrebuchar ou a dizermos que não queremos, quando efectivamente vamos para lá.

Eu votei contra porque, acho que, efectivamente, nós estamos aqui nesta Assembleia a dizer coisas e mais coisas que não têm absolutamente nada a ver com a realidade efectiva do nosso concelho e não têm nada a ver com aquilo que nós pretendemos para o concelho. Estamos a culpar terceiros como, inclusivé, dizer que queremos trazer aqui o Presidente da ESTGOH. Como é que vamos querer que o Presidente da ESTGOH venha aqui dar as razões da sua razão porque é que dá entrevistas no jornal e não vem aqui dar entrevistas aos Srs. Deputados desta Assembleia?

Respeitemos a vontade dos outros.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o Rafael Sousa Costa:

“Antes de entrar em assuntos e perguntas que gostaria de colocar ao Sr. Presidente da Câmara, apenas duas notas introdutórias.

A primeira tem a ver com os convites que são feitos por parte da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e que, geralmente, são feitos por correio. Vinha sugerir e agradecer que estes fossem enviados por mail, tal como já são feitas as convocatórias para as Assembleias. Agradeço os convites, é bom que sejam enviados pois é um sinal que estão a acontecer coisas no concelho mas agradecia que, dentro do possível, fossem enviados por via electrónica. Era uma maneira de poupar recursos, quer a nível monetário, quer a nível do ambiente.

Queria felicitar a Junta de Freguesia pela boa iniciativa do evento “Há Festa na Zona Histórica”, que é já uma referência a nível do concelho, de festas populares, com a atracção de cada vez mais oliveirenses, de ano para ano. Queria também felicitar o Município pela continuação e pelo modo como correu o evento EXPOH.

Passando agora aos assuntos propriamente ditos, gostaria de começar a minha intervenção e não poderia deixar de o fazer, dizendo uma palavra sobre a recente situação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

criada em volta da ESTGOH, pois não tive oportunidade de o fazer na última Assembleia Municipal extraordinária. Primeiro, enaltecer a acção rápida e activa do Sr. Presidente e do seu Executivo em todo este processo. Segundo, deixar uma palavra de descontentamento e de repúdio sobre a tomada de afronta e precipitada do encerramento desta Escola por parte do Sr. Presidente do IPC e sobre as consequências a que esta tomada de posição levou, logo para começar pela perda de alunos para este ano lectivo, como se verificou já nesta primeira fase de candidaturas.

Finalmente e sem me querer alargar muito sobre este assunto, uma palavra de esperança e de solidariedade para com os alunos e toda a comunidade académica desta Escola. E dizer-lhes que podem contar com esta Assembleia e em especial com todos os oliveirenses em geral na defesa da permanência desta em Oliveira do Hospital. Mas muito já foi dito sobre este assunto. E o que interessa é falar e olhar para o futuro e arranjar soluções para este caso.

Sr. Presidente: gostaríamos de perguntar qual é o ponto de situação do projecto relativo às novas instalações para a ESTGOH, uma das suas promessas eleitorais. Qual é a sua opinião sobre a matéria de avançar ou não avançar com a obra, isto se decidir a construção da mesma com financiamento apenas do Município. E, se tal acontecer, quais são as garantias que tem por parte das entidades envolvidas nesta Escola Superior de ir ou não encerrar nos próximos anos?

Por falar em promessas eleitorais, gostaríamos também de saber o que tem sido feito, por exemplo, relativo à construção e definição de uma rede concelhia de ciclovias, ecopistas e ainda as diligências para a construção de uma pousada de juventude no concelho. Segundo: a construção de um pavilhão multi-usos. Ponto três: o programa de fixação da população jovem no concelho. E ainda um ponto quatro: a criação de uma rede de transportes municipais amigas do ambiente.

Ficámos ainda recentemente a saber que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tenciona comprar o direito de superfície do estádio municipal da cidade à Casa da Obra. Gostaríamos de saber por que valor a que este vai ser adquirido, se é que poderá revelar neste momento.

Finalmente, duas matérias que já aqui foram abordadas por mim e que tem a ver com a colocação de uma ligação de internet de fibra óptica de alta velocidade no concelho de Oliveira do Hospital, nomeadamente para a incubadora de empresas sedeadas na Zona Industrial.

E ainda uma outra matéria que tem a ver com a sede para os escuteiros que, neste momento, estão sedeados em São Paio de Gramaços. O que foi feito neste sentido, quais são os avanços que tem tido e para quando pensa ter luz verde para a resolução deste problema?"

Interveio, depois, o Sr. Eng^o Carlos Inácio com a seguinte declaração:

“É com muito orgulho e gosto que me encontro hoje aqui, como oliveirense e sampaense. Não sei se o vou dizer daqui a uns tempos e se isso vai acontecer. Eventualmente já não o poderei dizer daqui a semanas, meses ou anos. Talvez como oliveirense mas não como sampaense. Não sei como é que me irei chamar no futuro, se a freguesia de São Paio de Gramaços fôr extinta, fundida ou outra coisa qualquer que lhe vá acontecer.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O poder autárquico neste País é uma das referências das maiores vitórias que tivemos nos últimos anos e nos últimos tempos. O que estamos a ver e que irá acontecer, é uma machadada muito grande, senão a machadada final neste poder autárquico. Penso que temos que pugnar por essa defesa e por engrandecer o que é hoje o poder autárquico.

Também não consigo perceber que aqueles que o queriam engrandecer em tempos passados hoje querem acabar com ele. Gostaria também de realçar que, há tempos atrás, o Partido Socialista propôs uma reforma do poder autárquico, dando mais força às Assembleias Municipais e às próprias Câmaras e Freguesias e não teve aceitação, mormente de um dos partidos que está hoje no Governo.

Mudam-se os tempos e mudam-se as vontades.

Que reforma administrativa vamos ter? Que identidade é que vamos ter? Que valores? Que diversidade é que vamos ter no futuro? Que reforma administrativa será esta? Um engano, uma mistificação? Não sabemos. O que sabemos, naturalmente e com certeza, é que devemos lutar por uma reforma administrativa – que deve existir – mas justa, que pugne pelos valores, pela identidade do nosso território, pela identidade dos valores que nós temos como portugueses, daqueles que nos antecederam, daquilo que nós somos hoje e daqueles que nos hão-de seguir.

Pensem no nosso povo, pensem na nossa envolvência e pensem, essencialmente, no que nos diz respeito, nos oliveirenses, nas freguesias todas que são aqui do nosso concelho.

Já foi falado anteriormente, acredito e não tenho dúvidas que esta reforma que está a ser preparada, se o fôr no conteúdo e na forma que está a ser, vai criar grandes conturbações no nosso povo, dentro do nosso concelho, e vai provocar divisões que nunca mais vão deixar de existir.

O que está previsto é claramente no sentido da revolta e de provocarem o povo para a revolta. Isto não pode acontecer e nós temos que lutar para que isto não aconteça. Temos que dizer à nossa população que não se deixe levar por isto, que se levante para pugnar pela defesa desta nossa identidade.

Concordo perfeitamente com o que o meu colega de bancada, Raúl, disse e pelo exemplo que aqui veio dar, de identidade e de defesa do poder e do equilíbrio local, regional e nacional.

Para terminar e em suma, queria dizer que não nos fazem a estrada, levam-nos a Escola e matam-nos as freguesias.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Ainda em relação à Moção – ainda estou em tempo – eu não diria que “não tem pés nem cabeça”. Creio que temos que ser compreensivos com as intervenções que são aqui feitas e não julgarmos assim, desta forma, as intervenções dos colegas. Cada um faz o que pode e quem faz o que pode, faz o que deve. Eu, pela minha parte, entendi o sentido da Moção e votei em consciência. E quem o fez, sobretudo quem votou a Moção, creio que também o fez em consciência. Portanto, não me parece bem – salvo o devido respeito, que é muito – fazer



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui apreciações desta natureza, que as coisas “não têm pés nem cabeça”.

Em política não há gratidão mas deixem-me fazer meia dúzia de referências quanto à actuação da Câmara, ultimamente. Realçar a EXPOH, que foi um êxito total e que excedeu largamente as expectativas, com a visita do Sr. Secretário de Estado. Para além da visita que fez à Feira, fez também uma reunião com os empresários, o que me parece ter sido útil. Pelo menos, ele ficou a saber das preocupações dos operadores regionais.

A partida da quinta etapa da Volta a Portugal em Bicicleta foi também muito importante para Oliveira do Hospital. Trouxe a caravana e trouxe imensa gente que ficou a conhecer a cidade.

Referir ainda o programa “Verão Total”, da RTP 1, com repercussão nacional nesse dia da Volta a Portugal.

Já anteriormente, a vinte e dois de Julho, o Sr. Presidente da Câmara tinha participado no programa transmitido da Serra da Estrela, promovendo o Queijo da Serra às Sete Maravilhas da Gastronomia e, depois, na sessão final, em Santarém, com a promoção efectiva do Queijo da Serra.

Relevar também mais uma cerimónia de assinatura de acordo de cooperação, neste caso com a Junta de Freguesia de Lagos da Beira, comprometendo-se a execução de uma série de obras.

No plano cultural, não posso deixar de referir a sessão promovida pela Biblioteca Municipal e pela organização do Rotary Clube de Oliveira do Hospital, a propósito da vida e obra do Dr. Vasco de Campos, com a Biblioteca completamente cheia e onde foi possível ver como este ex médico e escritor desta região é cada vez mais conhecido e lido, objectivos pelos quais me tenho batido. Queria dar os parabéns à Sra. Vereadora Graça Silva pela brilhante organização desse evento.

Em suma, quer-me parecer que o Executivo e o Presidente estão a trabalhar em articulação com todas as juntas de freguesia, independentemente do partido pelo qual foram eleitas, para dar visibilidade ao concelho.

Ainda sobre a ESTGOH, devemos estar atentos às “manobras”, é verdade. Já foi quase tudo aqui dito. Eu só queria referir uma questão estatística, que também há tempos se falou nela. Nós sabemos que, hoje em dia, os estudantes, uma vez que não têm o apoio das famílias nos locais onde estão a estudar, são aqueles que mais recorrem à restauração. Por coincidência, no dia vinte e sete, terça-feira passada, num programa da SIC, também foi feito um levantamento estatístico, uma vez que no Instituto Politécnico da Guarda se inscreveram muito poucos alunos. Isto trouxe dificuldades financeiras dramáticas a todo o sector de restauração na Guarda. Como sabem, a Guarda, quando acabava a emigração, entravam a consumir os estudantes. Este ano isso não aconteceu e muitos estabelecimentos de restauração estiveram à beira de fechar. Pelo menos, na terça-feira passada a situação era esta.

Portanto, a Escola de Tecnologia, para além de outras questões – como a imagem de Oliveira do Hospital –, o perigo de ver morrer a restauração local é grande. Eu diria que a Escola é uma maratona e a luta para a sua manutenção só agora começou.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por fim, a questão do poder local e o Livro Branco, os autarcas foram chamados a São Bento e foi-lhes dito que chegou a hora de mudança para o poder local. E querem reduzir trinta e cinco por cento dos vereadores, cinquenta por cento do número de dirigentes municipais, dirigentes intermédios, e reduzir mil freguesias. Sabemos que vai ter que haver redução do número de autarquias mas é preciso que essa redefinição se faça de acordo com a vontade dos eleitores, a exemplo do que aconteceu em Lisboa. Em Lisboa, a Assembleia Municipal aprovou, com o acordo do PSD e do PS, no dia vinte e sete, terça-feira, a redução de cinquenta e três para vinte e quatro freguesias urbanas dentro da cidade. Isto foi uma discussão alargada. Mas também é preciso que se diga que estas vinte e quatro freguesias da capital passaram a ter muito mais meios e competências e ganharam novas denominações, para não susceptibilizar as populações. É uma reforma que, pelo menos em Lisboa, reforça o poder das freguesias e não para pôr umas contra as outras. Espero eu que isso também aconteça em todo o País e que em Oliveira do Hospital essa reforma se faça com o acordo das populações. Que não seja imposta uma qualquer solução sem ouvir os munícipes, como aconteceu, por exemplo, em mil oitocentos e cinquenta e cinco, que foram liquidadas dezenas e dezenas de municípios. E, por sua vez, essa liquidação dos municípios, levou à liquidação das populações que a seguir ficaram, como hoje se pode constatar em alguns casos concretos, quase sem população. Há situações de concelhos que tinham cerca de duas a três mil pessoas no meio do século dezanove e que hoje têm quinhentas pessoas. É preciso que isso não aconteça e para isso é preciso que as populações sejam ouvidas.”

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para a seguinte intervenção:

“Foi citado o Presidente da Assembleia, pelo Carlos Artur, relativamente ao convite ao Sr. Presidente da ESTGOH. Eu corroboro o Sr. Prof. Morgado: nós não somos a Assembleia da República, não temos poder para obrigar a vir aqui as pessoas. Se as pessoas entenderem, como entendeu o Sr. Vice-Presidente, podem vir cá. Também não sei qual é a gestão que as pessoas fazem do processo. Se calhar, entendem que ainda não é a altura de vir cá. Mas não me custa nada a mim nem ao Sr. Presidente da Câmara fazermos um telefonema ou uma visita e, de facto, fazer-lhe essa sugestão. Isso podemos fazer. O que penso que não podemos fazer, é prometer que o Sr. tenha obrigação de vir cá. Isto tem normas. Isso podemos fazer mas, mais do que isso, já não podemos fazer.

Relativamente a esta questão das freguesias, em que o Sr. Agostinho pediu a interferência do Presidente da Assembleia Municipal, a força do Presidente da Assembleia é aquela que o Sr. sabe. Também aqui estou de acordo com o que disse o Prof. Morgado, que isto está desenhado e aprovado por dois partidos que representam setenta por cento do eleitorado português. E nós, às vezes, queremos o sol na eira e a água nos nabos. Estamos num sindicato que me dizem que é controlado por um determinado partido. Estamos, nas autarquias, a votar numa determinada força, às vezes. E estamos no Governo a votar de outra maneira.

Normalmente, quando os problemas acontecem, vamos deixando andar. E, quando chega a nossa vez, temos que ir porque, dessa vez, também ninguém está preocupado connosco. Isto, independentemente daquilo que se pensa ou não pensa sobre as freguesias e os concelhos. Como já disse o Dr. Rodrigues Gonçalves, em mil oitocentos e trinta e seis havia



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oitocentos concelhos. Veio para trezentos e cinquenta e um, depois ainda veio para duzentos e cinquenta e seis e, em mil oitocentos e setenta e seis – que houve uma revolução chamada “A Janeirinha” – ainda se pretendia baixar mais cem. E, naquela altura, não havia os meios de mobilidade que há hoje, não havia internet como há hoje, não se pagava a água e mais não sei quantas coisas pela internet.

Eu, pessoalmente, sou contra a extinção de freguesias porque, em boa verdade, dado o envelhecimento das nossas populações, a junta de freguesia é hoje – como já aqui foi dito – o único porto de abrigo que as populações têm. E eu acho que não é por causa dos cem contos, falando na moeda antiga, que custam os executivos das juntas, que vamos resolver o problema que o País tem.

Acho que o que se vai perder em proximidade é muito mais do que aquilo que se vai ganhar em dinheiro. Mas, como eu disse, a democracia existe. As pessoas, quando são eleitas, ficam mandatadas para governar durante quatro anos. Podemos-nos opor mas não sei se poderemos fazer mais do que isso.

Naturalmente que o Presidente da Assembleia estará onde tiver que estar e onde esta Assembleia quiser que esteja, na defesa desses interesses. E, naturalmente, aquela que for a mensagem e o sinal da Assembleia, eu mais não terei que fazer do que respeitar. E não é preciso imporem. Estarei lá, de livre vontade.

Também queria fazer uma referência às moções. Também aqui comungo com o Sr. Prof. Morgado, que podia ser mais concreta, mais objectiva. Porque, de facto, foi misturado todo um conjunto de situações que nos preocupam mas, neste caso concreto, podia, de facto, ser mais objectiva. Eu também sou da opinião que a moção pela moção... Quando, de facto, é preciso pôr uma moção e dar-lhe o devido peso, se calhar esta aqui também vai ser vista como são as outras. Não vamos estar aqui com um critério que umas são muito lidas e que as outras não são muito lidas. Mas, se calhar, se lá aparecessem na hora certa, eram lidas. Aparecem lá tantas que isto é “Maria vai com as outras”, falando num português corrente.

No que respeita à luta que teremos que travar, penso que isto é mais ou menos unânime entre nós: que a posição é de desacordo com o que está perspectivado. Mas também sabemos que isto é uma posição que vem de onde vem e também toda a gente sabe que eu não concordo em ser governado por estrangeiros. Mas é a realidade que temos e, como eu digo, ela está sufragada pelo menos por setenta por cento do eleitorado. Lutar, podemos lutar. Sempre se poderá corrigir alguma coisa mas também convém termos em conta essa realidade que, como eu digo, está suportada por setenta por cento do eleitorado.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Gostava de começar por fazer uma pequena declaração: infelizmente, o concelho de Oliveira do Hospital foi notícia nestes últimos tempos nos meios de comunicação social, devido aos acidentes e aos falecimentos de pessoas do nosso concelho. Muitas delas serviram o concelho em determinadas associações, numa vida bastante dinâmica. Por isso, gostava de lamentar que o meu concelho tenha sido notícia por estas razões, que nos ultrapassam a todos, mas que fossem notícia por casos positivos, casos de boas práticas, que era importante. É



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fundamental percebermos que a linha que separa a vida da morte é muito ténue. Por isso, independentemente das nossas opções políticas e da nossa diversidade, é importante que tenhamos respeito em relação à honra das pessoas porque a discussão política vale o que vale e não vale mais do que isso.

Queria agradecer ao Sr. Eng^o José Carlos Marques, responsável pelo Gabinete Florestal, coordenador de toda esta área e que me dá assessoria em termos de protecção civil no concelho. Este foi um ano em que se conseguiu um grande trabalho em termos de articulação. E apraz-me registar que este ano ardeu uma área muito menor do que no ano transacto, também fruto das favoráveis condições climatéricas.

Queria dizer ao Sr. Presidente da Junta de Vila Franca da Beira que estas opções, em termos dos trabalhos a fazer nas diferentes freguesias, não são coordenadas politicamente. A pessoa que é responsável por todo esse planeamento é um técnico. A decisão política cabe-me a mim. Mas não me tenho metido nisso. E os Srs. Presidentes das Juntas, que têm tratado com o Eng^o José Carlos Marques, sabem que tem tentado coordenar com as vinte e uma freguesias. E, na minha opinião, tem feito muito bem o seu trabalho, merecendo-me toda a confiança. Em relação a isso hoje não há opções políticas.

Sobre o problema da ESTGOH, concordo com tudo aquilo que já aqui foi dito e subscrevia o que foi dito pelo Nuno Filipe e por todos os que falaram da Escola Superior. Há pouco tempo, utilizei a frase de que é preciso reinventar a Escola. E dizia isso só por uma razão: o que é necessário é adaptarmos alguns currículos porque este número de alunos que se candidataram agora à Escola foi antes desta crise que apareceu. Isto diz-nos que os cursos que a Escola hoje tem não são apelativos. E o que nos pode levar ao fecho, se não tivermos capacidade de ajudarmos nesta reestruturação, é a falta de alunos. Por isso, achamos que deve haver reestruturação nos cursos.

Se me perguntarem se eu confio no Sr. Presidente do IPC em relação à Escola, eu dir-vos-ei que não. E isto por uma razão: veio aqui, disse-me que a Escola não fechava e, passado um tempo, mudou de posição, sem me dizer nada. Não posso ter confiança numa pessoa assim.

Estou absolutamente atento. E sem dúvida que este fecho não se fez por uma única razão: porque houve muita gente que batalhou por isto e que fez com que o Secretário de Estado e o Ministério da Educação tomassem aquela posição. Como tenho que me congratular com a posição dos Deputados por Coimbra, independentemente dos partidos que representam, em que todos foram contra o fecho da Escola.

Mas eu digo-vos: se não tivermos alunos, a Escola morrerá naturalmente. Temos que trabalhar em conjunto para tentarmos criar alguma diversificação de oferta formativa para que os nossos jovens sejam atraídos e não deixem morrer a Escola.

Terei que me sentar à mesma mesa do Sr. Presidente do IPC e estarei cá para defender os interesses da Escola e do meu concelho. Mas há um trabalho em que a Direcção da Escola tem responsabilidade, para ter diversidade de oferta formativa. Não é o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital que vai dizer quais são os cursos que devem ir para ali.

Há uma coisa que devemos exigir a Coimbra e ao IPC: o IPC feriu a ESTGOH, deu-



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lhe um tiro, que ainda não teve reflexo. Temos que fazer este trabalho. A Escola é demasiado importante para esta região, o que também é defendido pelos Deputados da Nação.

Quanto à questão das novas instalações, tenho que ser razoável. Houve uma altura, quando me apercebi de algumas movimentações, em que tive que dizer, publicamente, que o Município tinha condições financeiras para lançar a Escola. Ninguém gasta trinta mil euros a fazer um projecto para que fique na gaveta. Mas chega uma altura em que o Presidente do Município percebe que a situação financeira dos municípios começa a entrar num declive. E também houve alguns deputados que disseram que a Escola não devia ser só construída com financiamento da Câmara Municipal porque faz parte do Governo e este deve ter algum financiamento.

O nosso projecto não é megalómano, tem um orçamento de três milhões de euros, porque fizemos um projecto adaptado à nossa realidade. Há centros escolares em Portugal que custam mais do que isto. E, com o financiamento comunitário, o Orçamento Municipal só gastaria seiscentos mil euros, custo absolutamente razoável face à importância estratégica da Escola.

Mais tarde, entendi que o projecto devia ter mais versatilidade para o caso de algum dia a Escola tiver que fechar por falta de alunos, única hipótese que eu admito. Então, o projecto foi adaptado, com mais versatilidade.

Assim, penso que o problema das instalações tem que ser tido em conta mas não devemos esquecer a sustentabilidade da Escola. Devemos fazer a Escola desde que este Governo nos garanta um financiamento de oitenta por cento por parte do Quadro Comunitário de Apoio.

No que respeita aos IC's, é fundamental colocarmos o IC 6 até Oliveira do Hospital e o IC 7 até à A 25. Temos que voltar a colocá-los na agenda política. Eu e os Presidentes das Câmaras de Seia e de Gouveia tínhamos uma estratégia. O Presidente da Câmara de Gouveia contestava muito a localização do IC 37 porque não servia os interesses do seu concelho. Queria que fosse mais perto de Gouveia. Esta estrada estava orçamentada em cento e cinquenta milhões de euros. O que temos que fazer é com que o Governo vá às verbas que se soltam do TGV, do aeroporto e da terceira travessia sobre o Tejo, e as impute a outras obras, porque são verbas da Comunidade. Então, vão ter que ser imputadas a outros investimentos.

Oliveira do Hospital precisa, neste momento, de um conjunto de projectos, de os lançar e de os ter prontos. E de os ter prontos e adjudicados. E vou dizer-vos quais são: Central de Camionagem e Remodelação do Mercado, Avenida Dr. Carlos Campos, a Remodelação das Piscinas, o Estaleiro Municipal, um projecto de saneamento das aldeias de Penalva de Alva e a remodelação da rede de Vila Franca da Beira. São obras que devemos tê-las adjudicadas mas com uma ressalva: se tiverem participação financeira. Isto porque vai haver uma bolsa de mérito do Quadro Comunitário, proveniente de dinheiro que não foi gasto, e que quem tiver projectos adjudicados, entra. E, quem estiver à espera de fazer os projectos, não tem possibilidade de entrar. E Oliveira do Hospital está em situação financeira de aderir a essa bolsa de mérito. Não podemos perder esta oportunidade porque os municípios vão alavancar o País porque o País vai parar em muitas áreas. E o Município de Oliveira do Hospital ainda hoje tem algum equilíbrio financeiro.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que respeita aos relvados sintéticos, tanto nós como os Srs. Vereadores da oposição apoiámos a intenção da sua construção em Lagares e em Oliveira do Hospital. Mas há uma pequena diferença de opinião que tem a ver com a prioridade dos relvados. Também não vale a pena escondermos que o programa eleitoral do Partido Socialista com que me apresentei, tinha este relvado e não havia mais nenhum. De qualquer maneira, eu acho que também é justo realizar infra-estruturas em Oliveira do Hospital. Tive o cuidado até de o anunciar. E, em colaboração com os Srs. Vereadores, vamos certamente chegar a um consenso.

Em relação à questão da aquisição do direito de superfície do estádio municipal de Oliveira do Hospital, cabe referir que o mesmo pertence à Casa da Obra. Ainda não levei o assunto a reunião de Câmara mas o acordo está feito e terá um custo de setenta e cinco mil euros. Acho que é uma compra razoável. Há uma questão: a Casa da Obra faz questão de que, se um dia aquilo fôr lançado para imobiliário, tenha uma percentagem na venda, o que acho que é justo. Até porque nós temos obrigação de apoiar umas obras que a Casa da Obra está a realizar. Mas, até ao final do ano, estamos com algumas contenções financeiras, para que as despesas não subam acima das receitas e que o Município de Oliveira do Hospital não contribua para o *déficit* do País, como outros contribuem.

No que respeita à reforma administrativa, penso que isto não deve ser “a régua e esquadro”. Eu acho que não é por uma freguesia ter menos de quinhentos eleitores que deve deixar de ser freguesia. E temos alguns exemplos claros. Por exemplo: as pessoas de Rio de Mel para que freguesia é que se devem dirigir?

Quanto à minha opinião sobre a extinção das freguesias, fica demonstrada no facto de eu ter assinado o abaixo-assinado contra a extinção da freguesia de Vila Franca da Beira, situação que o Presidente da Junta até desconhecia. E assinei por uma razão muito simples: Vila Franca saiu da freguesia de Ervedal da Beira e houve um grande trabalho de apaziguamento entre as populações e que hoje estão completamente ultrapassadas. Penso que agora não era altura de voltar tudo ao contrário e de se arranjar uma “guerra” entre as pessoas de Vila Franca e do Ervedal porque o processo está absolutamente pacificado.

Também acho que há freguesias que poderão ser extintas mas que há outras, sobretudo as mais periféricas, que têm problemas. E as pessoas revêm-se muito no apoio das juntas de freguesia. É esta a minha visão de proximidade das pessoas e, sobretudo, das populações idosas. Os presidentes das juntas estão sempre disponíveis e as pessoas sentem confiança neles. E, se houver uma mega-freguesia, as pessoas estão mais distantes do poder. E, além disso, a reforma administrativa de Lisboa é mais fácil que a de Oliveira do Hospital, não tenham dúvidas.

Acho que deve ser um processo que deve ser negociado com os próprios municípios. Penso que estas soluções vão ser encontradas, sem se criar um ambiente de guerrilha no povo português, tanto mais que estamos numa altura de dificuldades.

Quanto à central de tratamento dos efluentes das queijarias, neste momento, há duas soluções. Uma delas está a ser tratada pela Plataforma e há um modelo espanhol que está a ser tratado. Mas está dependente de alguns estudos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que diz respeito à iluminação pública, penso que se gasta demasiado dinheiro e que é dinheiro de nós todos. As lâmpadas que iluminam pessoas ou que servem para prevenir acidentes, são importantes mas as que estão a iluminar pinheiros, é dinheiro mal gasto.

Quanto à intervenção do Sr. Eng^o Rafael, queria lembrar que há alterações financeiras brutais nos municípios. No que respeita ao pavilhão multi-usos, neste momento está absolutamente fora de questão. Não acho que seja uma obra prioritária. Ao princípio, pensei que era possível fazermos o multi-usos mas, neste momento, acho que devemos prescindir dessa ideia. Não é deixar cair a ideia, é uma adaptação à nova realidade.

Em relação à construção de uma ciclovia entre Oliveira do Hospital e a Bobadela, continua em pé. A criação de uma rede de transportes é fundamental. E é fundamental que pensemos nesses transportes amigos do ambiente. Mas tudo isto custa dinheiro porque os transportes amigos do ambiente são muito mais caros do que os outros.

Outra situação que eu gostava de registar foi a eleição do Queijo Serra da Estrela como uma das Sete Maravilhas da Gastronomia. Esta vitória assenta, não só em Oliveira do Hospital, mas nos nove concelhos que participaram nisto. Mas também é preciso dizer que o grande motor foi a Confraria do Queijo Serra da Estrela, em colaboração com o meu Chefe de Gabinete, Prof. Artur Abreu. Penso que foi uma notícia importante e que pode valorizar, sobretudo, o trabalho dos homens e das mulheres que fazem este queijo.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município – tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que deu algumas informações adicionais relativamente à actividade municipal constante da informação enviada previamente aos membros da Assembleia Municipal, concretamente no que diz respeito às reuniões e eventos realizados.

Depois, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos do disposto no n^o 5 do artigo 112^o do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea f) do n^o 2 do artigo 53^o da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis incidentes sobre os prédios urbanos, referenciados nas alíneas b) e c) do n.º. 1 do artigo 112^o do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, para aplicação no ano de 2012.

Depois do Sr. Presidente da Câmara Municipal ter dado uma pequena justificação acerca da manutenção das taxas adoptadas nos anos anteriores, a Sra. Dra. Luísa Vales pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Grupo de Cidadãos Oliveira do Hospital Sempre, após uma análise aprofundada desta temática e tendo em conta o aumento da receita do IMI deste município, que se verifica ano após ano, proveniente da actualização do valor patrimonial dos imóveis, provocada pela transmissão do património, por via da actualização automática dos prédios antigos e ainda pelo fim dos benefícios fiscais da aquisição de casa própria, considera que, a Assembleia Municipal em vez de estar a ratificar uma proposta para manter as taxas anuais, deveria estar a debater a redução de pelo menos meio ponto percentual das mesmas.

Isto, devido fundamentalmente à actual conjuntura de crise social económica e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financeira que se vive no nosso País e que está a provocar grandes constrangimentos e dificuldades nos orçamentos dos agregados familiares, pela alteração de vários factores nomeadamente:

- A subida das prestações do crédito à habitação;
- O aumento da carga tributária que está a acontecer, nomeadamente através do IVA e do IRS;
- A redução dos vencimentos superiores a 1500 € dos Funcionários Públicos;
- A tributação do subsidio de Natal;
- O corte de benefícios sociais, nomeadamente prestações familiares da Segurança Social ;
- O congelamento de salários;
- O previsível imposto a criar sobre o património no seguimento do acordo assumido com a Troika;
- e o aumento significativo do desemprego.

Compreendemos que face ao previsto corte na receita, das transferências do estado para as autarquias, é absolutamente necessário através de outros mecanismos, minimizar os efeitos desta medida.

Contudo, consideramos que a Câmara Municipal deveria ter tomado medidas atempadamente, de forma a diminuir a despesa corrente para poder diminuir as taxas do IMI e, assim, ajudar a minorar os sacrifícios da maioria dos contribuintes do concelho.

Ponderando todas estes dados e porque não queremos inviabilizar o normal funcionamento da autarquia, o Grupo de Cidadãos Oliveira do Hospital Sempre vai abster-se.

Com esta abstenção pretendemos alertar o executivo para a necessidade de efectuar um estudo aprofundado de toda esta problemática de forma a que, no próximo ano, pelo menos a taxa de 3,5% venha a ser reduzida, pois é nesta taxa que existem valores exorbitantes no pagamento do IMI.”

Seguidamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Pessoalmente, acho que a questão da derrama municipal deve ser vista do ponto de vista do aumento da receita fiscal do Município. Porque, apesar de tudo, há algumas empresas que podem pagá-la e isso é visto através dos resultados anuais. Do ponto de vista de modelar ou a partir de um determinado limite dos ganhos de cada empresa em concreto, há algumas empresas que podem pagar a derrama. E, aliás, contribuem bastante para as questões da água, para as questões do saneamento, para as questões ambientais. Por exemplo, o que é que paga aquela empresa do Belmiro de Azevedo? O que é que paga para o Município? A empresa não paga impostos cá e a *holding* do grupo também não paga impostos em Portugal. Está no *offshore*. Mas, entretanto, também não sei se continuam a descarregar aqui, na ETAR pública, os efluentes que vêm da fábrica lá de cima. Ainda gostava de saber, em que quantidade e em que condições.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Não tenho a mesma opinião da que foi referida, pelo seguinte: se bem percebi, a pretensão era no sentido de baixar meio ponto percentual nos prédios urbanos avaliados. Ora, os prédios urbanos avaliados, contrariamente aos outros que ainda não foram avaliados, são aqueles que, ainda assim, têm o valor mais transparente. Os que não foram avaliados ainda não têm esse valor tão transparente. Os avaliados, ou por transmissão, ou porque são novos ou porque há um factor de sucessão, é-lhes dado um valor que, grosso modo, corresponde ao preço de mercado. Portanto, salvo o devido respeito, esses é que não me parece que mereça a pena pôr em causa a taxa aqui referida porque esta taxa é aplicada sobre um valor real de mercado. Ainda se fosse nos urbanos, podíamos pensar nisso. Mas, na outra situação, parece-me que não.”

Seguidamente, foi colocada à votação a proposta da Câmara Municipal para a fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis incidentes sobre os prédios urbanos, para aplicação no ano 2012, tendo sido deliberado, por maioria, com sete abstenções, fixar, em 0,65%, a taxa prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e em 0,35%, a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Entrou-se, depois, no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a segunda alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2011 que, nos termos do n.º 2 do artigo 4º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para esclarecer que, por erro dos serviços, a proposta está em dissonância com o Mapa. Assim, no terceiro parágrafo, onde se lê “... *de um lugar de auxiliar de serviços gerais também por tempo indeterminado passando o total previsto para dois, conforme mapa anexo*”, deve ler-se “*de dois lugares de auxiliar de serviços gerais, um a tempo inteiro e outro a tempo parcial – 4,30 horas diárias, também por tempo indeterminado, passando o total previsto para três, conforme mapa anexo*”.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu uma breve explicação dos motivos que levam à necessidade de proceder à alteração do Mapa de Pessoal. Acrescentou ainda que os lugares cuja criação ora se propõe são sete – cinco auxiliares de acção educativa e dois lugares de auxiliar de serviços gerais – transformando assim os actuais seis lugares de acção educativa a tempo inteiro em dois a tempo inteiro e em nove a tempo parcial – num total de onze a ocupar – e criando mais um lugar de auxiliar de serviços gerais a tempo inteiro e outro a tempo parcial, num total de três a ocupar (dois a tempo inteiro e um a tempo parcial).

Depois de prestadas as informações pelo Sr. Presidente da Câmara e não havendo qualquer intervenção sobre a matéria, a Mesa colocou a presente proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Em seguida, entrou-se no Ponto IV da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Medalhas de Ouro e de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Medalhas de Mérito Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre este assunto, foi-me enviado um documento pela Beira Tradição – Certificação de Produtos da Beira, Lda., que vai ser lido de imediato:

Como responsável pela Beira Tradição, organismo de certificação do Queijo Serra da Estrela, venho junto de V. Exa. expôr o seguinte:

Tivemos conhecimento de que pretende o Município de Oliveira do Hospital homenagear os produtores de Queijo Serra da Estrela, operadores económicos que há muito lutam por manter viva uma tradição, que representa um ex-libris para o País, como recentemente ficou demonstrado pela votação dos portugueses em concurso gastronómico. Não podemos deixar de nos congratular com esta iniciativa se a mesma vier a ser decidida.

Não podemos no entanto deixar de chamar a atenção de V. Exa. para a necessidade de ser feita distinção entre quem produz queijo de quem produz Queijo Serra da Estrela. Se todos contribuem para a economia local e nacional, apenas algumas das queijarias do Concelho de Oliveira do Hospital produzem o afamado produto, sendo que apenas estas podem anunciar a conformidade do queijo que obtêm com as regras do Queijo Serra da Estrela.

Estas queijarias, que são apenas cinco, são as que, com total abertura, submetem a sua produção ao controlo da Beira Tradição, cumprem todas aquelas regras, sendo as únicas que legalmente podem ser reconhecidas como produtoras de QUEIJO SERRA DA ESTRELA.

Entre as queijarias do Concelho de Oliveira do Hospital produzem este produto apenas as seguintes:

- *Ancose - Oliveira do Hospital*
- *António F L Vaz Patto – Gramaços*
- *Paulo Rogério S Figueiredo - Oliveira do Hospital*
- *Queijaria Lameiras - Vila Franca*
- *Quinta do Cruzeiro - Seixo da Beira*

As restantes, com o mérito de quem igualmente muito trabalha e contribui para a economia, não podem ser confundidas com estas.

Assim, vimos junto de V. Exa. solicitar que haja uma distinção clara entre os produtores de Queijo Serra da Estrela e os restantes produtores de queijo.

O Regulamento Europeu que define o regime de protecção para os produtos com denominação de Origem Protegida, não permite igualmente o uso de expressões como "tipo", "género", etc. associados à designação protegida "QUEIJO SERRA DA ESTRELA".

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu:

“Eu disse aqui no ano passado, e mantenho, que as condecorações, para terem o seu simbolismo e atingirem o objectivo pelo qual foram criadas, devem ser, tanto quanto possível, unânimes e devem ser um motivo de regozijo e não um motivo de discussão ou de divisão.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por isso, espero que esta Assembleia, independentemente da discussão e das opiniões, se norteie por esta linha de orientação porque penso que deve ser essa a nossa forma de estar e de prestigiar os que vão ser homenageados.

O que a Câmara pretendeu fazer – e se calhar, bem – foi premiar todos aqueles que se dedicam a esta arte ancestral. E temos, tanto quanto me foi dado a saber, nove produtores que reúnem todas as condições em termos do Queijo da Serra, tal como nós e queremos e desejamos, sendo certo que há quatro deles que não estão certificados e por isso, entendem os que estão certificados, que devia haver aqui uma distinção.

Volto a referir que devemos tentar ser o mais unânimes possível. Mas isso é só a minha opinião que, obviamente, entendo que a devo expressar mas que não é vinculativa, como é lógico.”

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, pediu a palavra para a seguinte intervenção:

“Penso que a ideia é da Câmara e é uma ideia boa. É uma ideia que é meritória. E meritória será a agraciação dos pastores produtores de Queijo de Ovelha e de Queijo Serra da Estrela.

Os Srs. da Certificação... Começo logo por dizer que isso é uma grande “treta”. O Solar dessa “brincadeira” fica logo em Castelo Branco. É que nem aqui fica. Portanto, os pastores daqui que queiram ir à certificação, são logo onerados. Os pastores que queiram ir, que vão. E não é a mesma coisa, de facto, o queijo ter ou não ter o holograma da certificação. O problema é que a certificação, neste nosso País, serviu para eliminar e serviu para concentrar, em meia dúzia deles, aquilo que é propriedade ancestral de muita gente. E nós, aqui, são agora cinco e, daqui a dois ou três anos, são dois. E eu sei quais são, os únicos dois que aqui vão estar a certificar queijo. Porque só certifica queijo o outro pastor tradicional se quiser gastar mais dinheiro. Porque ele vende Queijo de Ovelha, que é tão bom como o certificado, sem estar certificado e não venha cá nenhum indivíduo da Comissão Europeia dizer-me que não tem que ser assim.

Desde logo, a que propósito o Solar da certificação foi para Castelo Branco e ficou fora do Solar da produção do Queijo da Serra da Estrela?

Mas é evidente que também é verdade que não é a mesma coisa estar ou não estar certificado. Mas isso é por imposição. E muitos não estão certificados por motivos económicos. Não é porque o queijo deles não seja bom e não seja feito tradicionalmente.

A questão que aqui me parece ser mais delicada, do ponto de vista de justiça é se alguns fazem Queijo da Serra e não são pastores. E também entram nisto. Eu acho que aqui – e a proposta da Câmara é nesse espírito – que se vá ao que é pastor, ainda. Mas, na minha terra, há pastores que vendem o leite, que podiam fazer queijo e que o podiam certificar se isso tivesse viabilidade económica. Não tem e vão acabar com eles daqui por três ou quatro anos, se isto assim continuar. Ficam aqui um ou dois a certificar e eu até já sei quais é que são. E até sei o que é que andaram a fazer quando andaram por aí nisso. A que propósito é que se serviram da certificação. Porque é que se serviram da ANCOSE. E é ver o resultado em que está a ANCOSE. Eu sei. Eu conheço. E este País, infelizmente, permite estas coisas.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o José Vasco Campos:

“Concordamos com os nomes propostos – pessoas e entidades – para esta homenagem, por vários motivos. Porque entendemos que é reconhecidamente merecida pelos diversos contributos que têm prestado ao nosso concelho, cada um na sua área e com a sua especificidade de intervenção. E também porque reúnem condições e requisitos no âmbito do Regulamento existente e em vigor.

Queria também deixar aqui uma palavra pessoal de apreço aos presentes, nomeadamente à Rádio Boa Nova, na pessoa do Albino José, por tudo o que tem dado a este concelho ao longo destes vinte e cinco anos. É uma das grandes instituições deste concelho.

E também à ANCOSE e ao Queijo da Serra da Estrela, aqui representado pelo Sr. Paulo Rogério, que também representa os produtores de queijo certificado. Eu não queria entrar na discussão da certificação. O Sr. Prof. João Dinis até é capaz de ter alguma razão em algumas coisas que disse. Mas, de facto, nós temos que nos reger por regras. E as regras são estas: que o queijo seja feito com leite de ovelha, com uma determinada forma e em determinadas condições. Há coisas que não estão bem. Sabemos muito bem que há gente a fazer queijo, que tem toda a qualidade, igual ao que está certificado. Mas também há gente a fazer queijo que não tem essa qualidade e que faz passar como Queijo Serra da Estrela.

Portanto, eu sou de opinião que esta homenagem deva ser para as queijarias certificadas e, em última análise, para os produtores, pastores, para as pessoas que ainda fazem queijo mas que não têm uma representação específica. Em última instância, estão representados pela ANCOSE.

Por último, também queria dar uma palavra de apreço a todo este processo das Sete Maravilhas. De facto, foi um trabalho excepcional, feito pela Confraria, pela ANCOSE, pela Câmara Municipal, porque o nosso concelho precisa de elementos que o identifiquem. E o Queijo Serra da Estrela pode ser uma grande alavanca de desenvolvimento para este concelho, em termos de criação de emprego, de todo o processo ligado à agricultura e à indústria, mas também em termos turísticos. Acho que foi uma grande vitória para o concelho e para a região, o Queijo Serra da Estrela estar entre as Sete Maravilhas.

Só espero que, tanto a Confraria, como a ANCOSE, como a Câmara e outras entidades, consigam alavancar e empurrar tudo o que esta vitória pode trazer para o concelho.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal manifestou a sua preocupação pelo facto das discordâncias ora surgidas, poderem vir a prejudicar o Queijo Serra da Estrela, desvalorizando este produto em vez de o valorizar. Acrescentou que, apesar da Câmara ter aprovado aquela proposta, também compreende os argumentos de quem defende que sejam só os produtores que certificam o queijo. Colocou também a possibilidade de, para efeitos de se chegar a uma base de entendimento, manter a atribuição de Medalha de Ouro à ANCOSE e não se proceder à entrega das restantes medalhas no Feriado Municipal mas na Feira do Queijo.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou, então, a palavra:

“Fui hoje confrontado com esta situação e confesso que fiquei algo preocupado. Como



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Sr. Presidente da Câmara disse, e bem, depois daquilo que foi o sucesso que acabou de acontecer com a introdução nas Sete Maravilhas, nós estarmos aqui com ambiguidades... Um dos produtores disse que, se a decisão fôr de uma determinada forma, nem sequer virá receber a medalha. Ora, isto seria a pior coisa que poderíamos fazer ao Queijo da Serra.

Por outro lado, somos uma entidade com responsabilidade e, se andamos a dizer que o Queijo da Serra não pode ser vendido como qualquer outro queijo, e como também aqui disse o Sr. Eng^o Vasco Lencastre, há regras, há normas. Se calhar, convinha minimamente respeitá-las. Eu penso que teremos obrigação de dar e transmitir para o mercado, algum cuidado. Eu não estou a pôr em causa a intenção, que penso que foi do melhor.

Por isso, sugeria há pouco a seguinte plataforma de entendimento: em termos de ANCOSE, estão lá representados os produtores. Ao atribuírmos a medalha à ANCOSE, de alguma forma está a ser feita a homenagem ao Queijo da Serra, aos que labutam pelo Queijo da Serra e que estão com as ovelhas.

Não estaremos aqui a pôr em causa atribuir as medalhas às pessoas; estaríamos, quando muito, a adiar o processo e reflectirmos todos um bocadinho melhor. E eu, António Lopes, Presidente da Assembleia Municipal, não gostaria de ter sobre mim o ónus de também ter contribuído para, eventualmente, estarmos aqui, num acto que pretendemos ser de justiça e de reconhecimento, sair-nos precisamente ao contrário. E, se as pessoas que lá estão, também fazem tanta questão, também penso que lhes devemos dar alguns ouvidos.

Relativamente ao problema que temos aqui com a Câmara, tenho tido sempre o cuidado de dizer “à Câmara o que é da Câmara e à Assembleia o que é da Assembleia”. De qualquer forma, o Regulamento dos Títulos Honoríficos, no seu artigo quarto, diz que é uma decisão conjunta. Portanto, não estamos aqui a ratificar, como acontece na maioria dos casos. Precisamente para dar aquela amplitude e para, de facto, ser reconhecido quem de direito, o legislador teve a preocupação de não confiar só nos sete elementos da Câmara e de também pôr à consideração dos quarenta e três da Assembleia Municipal, precisamente para dar a nobreza que se pretende. Pelo menos, é esta a leitura que eu faço.

Aqui chegados, penso que não estamos a desrespeitar a Câmara. O que está aqui a acontecer, neste momento – e se calhar, se a Câmara pudesse reunir, tínhamos unanimidade – é a Assembleia ter que decidir, não com a tal unanimidade que eu aqui defendi – e de alguma forma estou a contradizer-me – mas penso que está aqui levantado um valor que, se calhar, valia a pena preservar.

Também não posso deixar perder a oportunidade de referir que, no ano passado foi feito aqui um esforço que eu defendo, do tal diálogo e, de facto, não correu bem. Como se sabe, a decisão que foi tomada pelos membros da Assembleia, não foi considerada pela Câmara. Portanto, não estou a dizer que é um ajuste de contas, nem pouco mais ou menos. O que eu acho e que eu penso que é bom que se faça no futuro é que estas coisas sejam discutidas com o tempo necessário... Porque isto é uma situação que a mim, pessoalmente, me toca muito. Eu acho que quem é homenageado não se sentirá da mesma forma se fôr por unanimidade. E daí, seja qual for a decisão que a Assembleia tiver, que se tente decidir o mais unanimemente possível.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este é um alerta que eu entendo que devo deixar. Esta é a minha opinião. Se estivéssemos de acordo, era fazer a atribuição das medalhas no dia da Feira do Queijo. E, nesse dia, como é costume haver uma cerimónia com a Confraria, penso que era “dois em um”. Também seria no Salão Nobre, porque o Regulamento também diz que, sempre que possível, deve ser no Salão Nobre.

Perante o impasse que aqui temos, parece-me que seria a situação de alguma forma mais consensual. Eu não tenho medo da decisão. Tenho medo é se, de facto, amanhã temos aqui uma propaganda negativa onde não nos convém, de maneira nenhuma, nem a nós nem especialmente aos interessados, que são os produtores e a valorização do Queijo da Serra.

Portanto, a minha opinião é esta. Os Srs. Deputados decidam como entenderem. Era uma eventual solução para o problema. E, como eu digo, não há aqui risco de estarmos a contrariar a Câmara. Isto é uma decisão conjunta. E, pelo que vejo, o Sr. Presidente da Câmara também não será de todo avesso a uma solução deste tipo.

Seja como fôr, ou votamos esta solução que está aqui ou teremos que arranjar uma proposta alternativa para se decidir de acordo com aquilo que eu estava a ventilar.”

Seguidamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, interveio:

“Eu, com a legitimidade – penso – de ser de uma povoação geneticamente de pastoreio e de queijo... Tanto que a padroeira de Vila Franca é Santa Margarida, por tradição a Santa dos pastores. Ela própria, segundo a lenda, terá sido pastora. Direi que estou completamente em desacordo – e quero frisar isto – que a Medalha de Ouro seja atribuída à ANCOSE, porque a ANCOSE simplesmente não merece. E não merece, primeiro porque é uma entidade de toda uma região e não apenas de um município. Mas nem é essa a questão fundamental. É que, se se fôr ouvir a opinião dos pastores em relação à ANCOSE, noventa por cento diz o pior que pode dizer da associação. E eu ressalvo aqui que não confundo a instituição com as direcções que por lá têm passado. Mas que ninguém tenha dúvidas que os pastores, na sua grande maioria, dizem o pior da ANCOSE. E olhem que eles, em muita coisa, têm razão.

E, se houver uma Medalha de Ouro, essa, sim, que seja ao Queijo Serra da Estrela. E já nem discuto se tem o holograma ou não. E até nem discuto quem tem holograma ou não. E até nem discuto que quem tem holograma não o mereça ter. Mas, alguns que não têm o holograma, não fazem queijo inferior, Queijo da Serra. E a história das certificações no nosso País é uma desgraçada história de fraudes. Somos o País da União Europeia que tem mais certificações. Há concelhos que têm dez certificações. Dois ou três industriais apropriaram-se, como o Queijo do Rabaçal, o Fumado de Vinhais. Dois ou três industriais que se apropriaram daquilo que é o património de gerações de pessoas. E o Queijo da Serra vai pelo mesmo caminho. Até os conheço. Conheço muito bem quem são esses senhores.

A ANCOSE, *já*, mas se a Medalha de Ouro fôr para o Queijo da Serra, que a fiel depositária seja a Confraria do Queijo Serra da Estrela. Essa, sim, que seja a fiel depositária e não a medalhada directamente. Que se medalhe o Queijo Serra da Estrela.

E, aos pastores do concelho, que sejam agraciados com a Medalha de Mérito



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal. Aos pastores, aos que continuam, das cinco da manhã até à meia-noite, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, se fôr preciso. Pastores e pastoras.

Em relação à Rádio Boa Nova, se fosse por entidade, ia abster-me. É que, se reconheço que a Rádio Boa Nova é a única que temos no concelho, por outro lado, uma parte significativa da sua programação deixa muito a desejar. Há muito tempo que acabou ali o pluralismo. Mas há muito tempo. Eu já ando aqui há muitos anos e já conheço esses truques todos.”

Depois, interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Ainda que possa estar de acordo com o João Dinis, aquele senhor que andava lá a conduzir o táxi há quarenta anos sem acidentes, não deixou de pagar a multa. Conduzia bem, não tinha acidentes mas não tinha a carta.

Portanto, temos que ter algum cuidado e algum rigor com essas questões.

Uma vez que está aqui o Sr. Presidente da Câmara e mais quatro vereadores, dá-nos algum conforto em termos de decisão maioritária. Portanto, o que, neste momento, é mais ou menos consensual entre os membros da Câmara e a Mesa, é que retiremos toda a proposta relativamente ao Queijo da Serra, que seja trabalhada como deve ser e que façamos um esforço no sentido de, na próxima Feira do Queijo, se repor o que agora se pretende. Se calhar, não é a melhor solução mas, perante a situação que está aqui presente, é para tentarmos ter um consenso e valorizar aquilo que, de facto, temos de bom e não estarmos a criar um problema onde eu penso que não deve existir.

Portanto, a proposta é: vamos retirar esta parte relativamente ao Queijo da Serra e vamos fazer a votação só dos outros homenageados propostos.”

Seguidamente, o Sr. Eng^o José Vasco Campos pediu a palavra para a seguinte intervenção:

“Eu acho que os Senhores não devem ter medo de estar a resolver este problema como ele deve ser resolvido. Parece que estão com medo. Há uma entidade que certifica. Mal ou bem, certifica. É assim que está instituído. E todo este processo está associado à questão das Sete Maravilhas. O que ganhou o prémio não foi o queijo de ovelha, mas o Queijo Serra da Estrela.

Claro que eu sei muito bem que há bom queijo e que há pastores e essas pessoas devem ser todas homenageadas. Que se faça outra coisa: que se homenageie os pastores com a Medalha de Mérito Municipal. Identifiquem-se os pastores todos do concelho e dê-se a Medalha de Mérito Municipal a todos os pastores do concelho. E só às queijarias certificadas é que se dava essa Medalha de Mérito. Esta é uma proposta. Eu também não estou disponível para continuar a discutir isto muito mais. Façam como acharem melhor.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“Mais uma vez, às vezes esquecemo-nos que tem que haver bom-senso e solidariedade. Penso que está a haver uma confusão enorme: é que estão a misturar uma medalha que irá ser votada em relação ao Queijo Serra da Estrela com uma outra medalha



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, na minha interpretação, não tem nada a ver uma com a outra, que está a ser votada para mérito aos produtores e proprietários de queijarias licenciadas do concelho. E aqui não se está a especificar se é Queijo Serra da Estrela ou não. Acho que está a haver aqui uma confusão e desnecessariamente. E aí sou a favor do Eng^o José Vasco, tanto mais que isto vai a votação. Penso que está a haver uma mistura de ideias e não levar isto ao sentido prático do que está aqui escrito que, sinceramente, não é conclusivo, daí haver as mais vastas opiniões. A medalha relativa ao mérito não está devidamente especificada nem é concreta.”

Em seguida, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para a seguinte intervenção:

“Acho que nós começámos a discutir mal isto porque, efectivamente, a proposta que a Câmara traz à Assembleia Municipal é esta: Medalha de Ouro para o Dr. Agostinho Almeida Santos e para o Queijo Serra da Estrela (ANCOSE). E a Medalha de Mérito Municipal para o futebol Clube de Oliveira do Hospital, Cooperativa Rádio Boa Nova e Produtores/Proprietários de Queijarias do Concelho Licenciadas. Aqui cabem todos. É o que cá está. É a proposta que temos. Não fala aqui em certificadas. Se é assim, está o problema resolvido. São todos licenciados, são todos medalhados.”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Eu, como me competia e ainda me compete, tentei sensibilizar para o problema que temos em mãos. Naturalmente que cada um de nós vai votar, se assim se entender. Cada um de nós assume a sua responsabilidade. O que eu quis dizer foi que não estraguemos, em cinco minutos, um trabalho que já anda a ser feito há muito tempo.

Portanto, o Sr. Presidente da Assembleia “lava as mãos como Pilatos”. Já pus a minha posição, apelei ao bom-senso porque esse é o meu dever: chamar a atenção e pôr a questão que está em cima da mesa. Naturalmente que a Assembleia é soberana e o Presidente da Assembleia, a Câmara e todos os demais hão-de aceitar o que fôr decidido maioritariamente. E ainda assim, digo eu, que se tente ser o mais unânimes possível.

Se a Assembleia estiver de acordo, ouvimos o produtor que está aqui. É só um, vale pela sua opinião e não pelas dos outros. Mas, pelo menos, ficamos sensibilizados com a opinião de um produtor.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Paulo Rogério, produtor de Queijo Serra da Estrela:

“Só tenho a dizer duas coisas. A legislação é clara: quem faz Queijo Serra da Estrela tem que cumprir o caderno de especificações e tem que cumprir uma série de parâmetros, nomeadamente começar logo por ter ovelhas Serra da Estrela, não é como o Sr. João Dinis diz. Quem atesta se é ovelha Serra da Estrela ou não é a ANCOSE, que é quem tem o livro que diz se é ou não Serra da Estrela.

O Organismo Privado de Controle, por acaso, está em Castelo Branco mas podia estar noutro lado. Mas, neste momento, está em Castelo Branco. Já foi outro. Actualmente é o O.P.C. com que trabalhamos e a legislação diz que só é Queijo Serra da Estrela aquele que estiver certificado.

Agora, é evidente que os produtores Serra da Estrela – como eu sou – não vão ficar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contentes, que é no âmbito do Queijo Serra da Estrela que está a ser medalhado e está a haver a Medalha de Mérito para os produtores de Queijo Serra da Estrela. Se fôr para os produtores de queijo, não se põe isso em discussão. Mas, se é no âmbito do Queijo Serra da Estrela, o concelho de Oliveira do Hospital tem cinco produtores de Queijo Serra da Estrela, como o O.P.C. diz. E só assim é que o concelho pode dizer que tem Queijo Serra da Estrela porque há cinco pessoas que continuam a ter ovelhas inscritas no livro, que cumprem o caderno de especificações e que gastam dinheiro para certificarem. Porque hoje o produtor não ganha dinheiro a certificar, ganha prestígio, apenas.

Porque, como os outros produtores dizem, vende-se o queijo ao mesmo preço do não certificado. É só por uma questão de prestígio. É também é uma questão de prestígio para o Município ter cinco produtores Queijo da Serra da Estrela ou não ter nenhum. Isto é uma questão de princípio e de legislação. Se a legislação está mal criada, eu não vou pôr isso em causa. Pago dois mil euros para usufruir da D.O.P. e, como eu, pagam os outros produtores todos, dependente da quantidade e do número de animais. Se a legislação está mal criada, não fomos nós que a criámos. Se calhar, é o momento de tentar rever a legislação que está mal criada. Porque, como o Sr. João Dinis diz, é verdade, há produtores que estão em condições mas, por várias questões, não a usam. Mas, se a legislação diz que tem que a usar, tem que o fazer.”

Seguidamente, o Sr. Rui Abrantes interveio:

“Parece que há abertura – o Sr. Presidente da Assembleia disse, há pouco, que o Executivo se sentiria confortável por estarem aqui cinco elementos da Câmara – para fazer uma alteração nesta proposta. Já percebemos claramente que a ANCOSE certifica a raça das ovelhas, se podem ou não produzir leite para fazer o Queijo Serra da Estrela. Provavelmente, então, o tal fiel depositário mais correcto para ficar com a medalha em sua posse, seria a Confraria do Queijo Serra da Estrela, tanto mais que foi a instituição que esteve associada ao processo das Sete Maravilhas. A proposta passaria por aí: votarmos a atribuição da Medalha de Ouro ao Queijo Serra da Estrela e ficaria em posse da Confraria. E, então, atribuir a outra Medalha aos produtores, e só pode ser mesmo aos certificados, na minha opinião. E, de alguma forma que se queira homenagear todos os produtores e pastores, aproveitar a Feira do Queijo para o fazer.”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio, em seguida:

“Como eu digo, não tenho nada contra a opinião mas aqui estamos perante uma questão legal. Há uma decisão da Câmara, que temos aqui e que não podemos ignorar. E há um Regulamento que diz que a decisão tem que ser conjunta. Nós, Assembleia, decidimos aquilo que nos “der na gana”, como costuma dizer-se. Mas, o que não podemos decidir aqui é pela decisão que a Câmara já tomou. E a Câmara não está aqui toda e não está reunida para o efeito.

Portanto, eu só vejo aqui uma questão que é: nós não vamos contra a decisão da Câmara e a Assembleia pode dizer que não vota isto. Para não estar aqui a pôr a ideia de que estamos contra a Câmara porque também não é esse o assunto, se calhar, abstinhamo-nos de discutir esta questão. Dito de outra maneira: retirávamos da discussão esta parte, uma vez que a Câmara que está presente aqui, também estará de acordo em que isso se faça. Assim, não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos pronunciávamos porque, ao nos pronunciarmos, só temos aqui uma hipótese e que é votar favoravelmente. Porque, se votarmos desfavoravelmente – podemos-lo fazer porque o voto é secreto – não é aprovada. E isso é, precisamente, o que eu não gostava que acontecesse. Primeiro, é para estarmos aqui num confronto que não existe. Segundo, acabamos por ter o resultado que não queremos que tenha. Então, se calhar, o melhor era retirar-se isto da ordem do dia, pelo que vou colocar esta hipótese à votação.”

Seguidamente, o Sr. Dr. José António Madeira Dias fez a seguinte intervenção:

“Basicamente, queria colocar uma dúvida: tanto quanto percebi, está a querer propor retirar a votação só do Queijo. Nesse caso, o que o Rui Abrantes estava a propôr era uma alteração à proposta da Câmara. Não pode ser. A remoção só do Queijo da Serra também é uma alteração à proposta. Portanto, ou não votamos o Ponto IV inteiro ou, então, não me parece correcto estar a tirar um item do Ponto. Estou a colocar a questão em termos formais.”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“A Mesa é de opinião que devemos pôr à votação retirar a parte do Queijo da Serra. Como o resto dos pontos são votados uninominalmente, parece-me que não se põe a questão de tirarmos a proposta toda.

A Câmara transmite-me a opinião de que, se tiramos, devemos tirar os quatro. Eu também era de opinião que se devia tirar só a parte certificada.

Agora, nós podemos decidir aquilo que bem entendermos mas a Câmara, amanhã, pode dizer que não está de acordo, e a nossa decisão acaba por ser nula porquanto o Regulamento diz que tem que ser uma decisão conjunta.

Na nossa decisão, para qualquer dos prémios, ou há unanimidade dos dois órgãos ou não há decisão.”

Interveio, depois, o Sr. Eng^o Carlos Inácio:

“Se isto é uma reunião da Assembleia e não é uma reunião da Câmara, como é que a Câmara pode estar aqui a decidir coisas? Isto é uma reunião da Assembleia Municipal e quem decide aqui é a Assembleia Municipal e não é a Câmara. Peço desculpa.

Segundo: se as votações foram decididas pela Câmara cada uma individualmente, a decidir tirar ou manter, decidimos cada uma delas individualmente. E votamos isso.

A minha opinião era de manter a Medalha de Ouro para o Queijo da Serra da Estrela. E, na questão da situação que foi aqui criada, retirar a dos produtores.”

O Sr. Presidente da Assembleia prosseguiu:

“Nós podemos decidir aquilo que quisermos mas, o que eu quero que fique claro, é que não é vinculativo quanto ao resultado final porque tem que ter sempre o consenso da Câmara.”

Interveio, depois, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“A proposta que o Sr. Eng^o Carlos Inácio fez não é possível por questões legais. Porque nós não podemos partir uma decisão que vem da Câmara em duas partes. Em relação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao Queijo da Serra, não podemos partir esta proposta que vem da Câmara. Do ponto de vista legal, não há alternativa.”

Seguiu-se a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raúl Dinis:

“Há aqui uma deliberação da Câmara Municipal que aprovou o que nos é proposto aqui na Assembleia. E eu penso que a Assembleia só tem que aprovar ou rejeitar a proposta. Acho que isto deve ir a votação.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra:

“Acho que sim porque, efectivamente, entrámos aqui num imbróglio que nunca mais saímos dele. Sendo assim, decidam em consciência e da forma que acharem melhor. E, então, vamos proceder às votações.”

O Sr. Engº José Vasco Campos pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu só queria reafirmar a minha posição e o meu ponto de vista. O que deu origem a tudo isto foi o Queijo Serra da Estrela, que passou a ser uma das Sete Maravilhas da Gastronomia Portuguesa. Portanto, quem produz Queijo da Serra, são os produtores certificados. Isto não tem outra discussão.

Ninguém tira o mérito a todas as outras queijarias e aos pastores. E devem ser homenageados. Mas acho que não cabem aqui nesta discussão. Peço para terem isto em atenção: o que leva o nome de Oliveira do Hospital longe neste aspecto são as pessoas que fazem Queijo Serra da Estrela, as certificadas. E ninguém está a tirar o mérito aos outros.

Já agora, nós também não estamos todos contra as camionetas de leite que vêm da Amora e por aí fora? Isso é que é Queijo Serra da Estrela? Essas indústrias são muito importantes para o concelho. Criam emprego e fazem riqueza. São muito importantes. Conheço a de Galizes, conheço a de Lagares e outras mais que há. São todas importantes mas não é Queijo Serra da Estrela.”

Seguidamente, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, da proposta da Câmara Municipal para atribuição das seguintes Medalhas, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

MEDALHA DE OURO:

- Dr. Agostinho Almeida Santos – Aprovado por maioria, com um voto contra e quatro abstenções;
- Queijo Serra da Estrela (ANCOSE) – Aprovado por maioria, com oito votos contra e onze abstenções;

MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL:

- Futebol Clube de Oliveira do Hospital – Aprovado por maioria, com duas abstenções;
- Cooperativa Rádio Boa Nova, CRL. – Aprovado por maioria, com dois votos contra e três abstenções;
- Produtores/Proprietários de Queijarias do Concelho, Licenciadas – Aprovado por maioria, com treze votos contra e sete abstenções.

Depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, tomou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Votei contra a atribuição de Medalha de Ouro tal como está na proposta da Câmara: Queijo Serra da Estrela (ANCOSE).

Confundo esta proposta – Queijo Serra da Estrela – com a ANCOSE e, na opinião de muitos pastores, a ANCOSE tem contribuído é para que acabe o Queijo Serra da Estrela e não o contrário. E olhem que eu perfilho dessa opinião de muitos desses pastores e por motivos concretos.

Portanto, Medalha de Ouro e de Mérito, sim.

Queijo Serra da Estrela: a ANCOSE ser agraciada enquanto produtora de Queijo Serra da Estrela, que é outra coisa. E por enquanto. Porque não vai produzir por muito mais tempo, também vos digo aqui já.”

Em seguida, entrou-se no Ponto V – Apreciação e votação, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, do pedido de autorização para a repartição de encargos do “Fornecimento de gasóleo a granel até à quantidade de 200.000 litros”.

Não havendo intervenções sobre a matéria, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo duas horas e trinta minutos, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim

Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____